

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E SEIS**-----

----- Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves,

Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Rosa Lourenço, Maria João Bernardino Correia, Ana Paula da Silva Viseu, Tiago Ivo Cruz, Francisco Alves Silva Ramos, Ana Margarida Mota da Silva de Morais, Duarte Albuquerque Carreira, Gabriel Maria Baptista Fernandes, João Freire de Andrade, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Paulo Manuel Bernardes Moreira e Luis Alberto Lucas Lopes.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS). -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Margarida de Morais.

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves Silva Ramos.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, João Afonso, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Paula Marques e Manuel Salgado. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e José Cal Gonçalves. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, queria pedir que ocupassem os vossos lugares, vamos dar início à nossa sessão. -----

----- Como está previsto, então, temos o debate de atualidade sobre a *Rede de Cuidados de Saúde Primários, em Lisboa*, pedido pelo Partido Socialista. -----

----- Temos uma propostas que já veem detrás que que já foram distribuídas, e uma nova que é a 54/CM/2017. -----

----- Informar que, e o Partido Comunista chamou-me a atenção e protestou por esse facto, portanto, dar-vos a informação que não foi agendada, para hoje, as declarações políticas, conforme estava previsto porque o debate da atualidade tem precedência, portanto, foi essa a razão. Mas temos declarações políticas para a semana, portanto, ficam desde já, avisados e, portanto, a apresentação de moções e recomendações, para as declarações políticas, nos prazos habituais. -----

----- Vamos dar a palavra ao público. -----

----- Depois, tenho vários avisos para vos fazer, mas quero, desde já, fazer um e que é o seguinte: neste sábado, foi-me solicitada a cedência de uma sala, aqui, do Fórum Lisboa, para reunir com presidentes, ou eleitos, de assembleias municipais de vários pontos do país, que querem constituir uma associação. -----

----- Naturalmente, cedemos-lhes a sala. A associação terá de ser uma associação de direito privado uma vez que as assembleias municipais, e os autarcas, individualmente, não constituem órgãos autónomos do próprio município e, portanto, a Assembleia Municipal de Lisboa, enquanto tal, não terá propriamente posição, mas eu estarei presente na reunião para tomar nota do trabalho que estão a fazer esses vários autarcas das assembleias municipais do país todo, e depois darei conhecimento à Conferência de Representantes do que é que se vai passar. -----

----- É uma reunião que eu penso que será restrita, tenho a confirmação de cerca de trinta presidentes de assembleias municipais, oferecemos a nossa casa para eles reunirem, e logo vemos o que dali sairá. Darei conhecimento em Conferência de Representantes dos resultados desta reunião. Para já, não tenho qualquer intenção

deliberativa, como é evidente, nem posso ter, nem estou mandatada para isso, mas temos o papel de receber as pessoas uma vez que temos instalações e a maior parte das assembleias do país não têm instalações próprias e, portanto, disponibilizámos aqui a sala. -----

----- Se algum Senhor Deputado, ou representante, quiser participar na reunião, é só sinalizar isso junto do meu gabinete para termos em conta a organização da sala e a distribuição dos lugares. -----

----- Este era o aviso que vos queria fazer, e agora, sim, vamos começar com o público inscrito. Tenho três inscrições, e queríamos começar, em primeiro lugar, com o Senhor José Pedro Pereira Henriques de Frias, sobre um processo de licenciamento. São três minutos e quando chegar ao fim eu faço-lhe um barulho no microfone só para assinalar que chegou ao fim”. -----

----- **O Senhor José Frias**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa tarde, Senhora Presidente, Assembleia, Senhores Deputados. -----*

----- *Eu venho, aqui, partilhar com a Assembleia Municipal alguns factos e preocupações, e pedir ajuda no sentido de ver como a situação que passo a descrever, pode ser, de alguma forma, desbloqueada. -----*

----- *Eu represento uma sociedade que se chama Ponteiro de Etapas, e que é proprietária de um imóvel sito no número 94, da Rua Luciano Cordeiro, em Lisboa. A sociedade adquiriu o imóvel no sentido de o reabilitar, porque está, neste momento, a ameaçar ruína, e entregou na Câmara Municipal, em 29 de Setembro de 2016, um pedido de licença e ampliação, acompanhado com o processo de arquitetura correspondente. -----*

----- *Temos acompanhado através dos serviços informativos da Direção Municipal de Urbanismo, o andamento da análise do processo e soubemos, por estes serviços, que a 20 de outubro, de 2016, foi entregue ao técnico responsável, a Senhora Arquiteta Fátima Lino, para análise. Em dezembro, através dos mesmos serviços de informação da Direção Municipal do Urbanismo, foi-me transmitido que não havia, ainda, registo de nenhuma diligência e foi-me transmitido o telefone para contacto com o técnico. Depois de várias tentativas, consegui falar com o técnico, e o técnico transmitiu-me que tinha muitos processos, ainda, para ver antes e que, portanto, quando tivesse oportunidade iria iniciar essa análise. -----*

----- *Em 26 de janeiro deste ano, uma vez que não tinha mais nenhuma informação sobre o andamento da análise do processo, e por sugestão da mesma Direção Municipal de Urbanismo e por atendimento telefónico, dirigi um e-mail à Senhora Arquiteta Madalena Cunha solicitando informação e, solicitando também, uma reunião para podermos falar sobre o processo. Não tive qualquer resposta a esse mail. -----*

----- *Depois disso, em 8 de março, solicitei também uma reunião e informação sobre o processo ao Senhor Arquitecto Nuno Morais, através de mail e também, ao Senhor Arquitecto Manuel Salgado. Todos estes mails não tiveram resposta e, portanto, a única coisa que eu queria perguntar, para terminar, era como posso ter uma informação mais precisa sobre o andamento processo? Como posso falar com que o*

técnico que está a analisar o processo? Se este tempo, sem resposta, é normal? E se devo aconselhar o requerente a desistir de reabilitar o prédio, e pô-lo à venda e, por exemplo, comprar no Porto, para reabilitar o Porto? -----

----- Muito obrigado.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----*

----- “Muito obrigada. -----

----- Ouvi com atenção a sua intervenção e, naturalmente, não lhe vou saber responder porque não sei por que razão é que não foi dada resposta a essa sucessão de pedidos, mas o que vai acontecer é o seguinte; agora, sai daqui uma carta da Assembleia Municipal com um excerto da sua intervenção e depois, o Senhor Presidente da Câmara, ou quem ele entender, vai ter que me responder e a resposta chegar-lhe-á. -----

----- No meio disto tudo, naturalmente, é negativo não ter as respostas aos pedidos que fez, e eu não sei por que razão está a demorar tanto tempo. A única coisa positiva que eu retiro da sua intervenção é dizerem que têm muitos processos para apreciarem o que é sinal de que há muitos processos de reabilitação urbana, em Lisboa, em princípio, é um bom sinal, podem é os recursos humanos não estarem a dar vazão e isso já é negativo. Seja como for, naturalmente, é nosso dever dar resposta, e assim faremos, e muito obrigada pela sua intervenção. -----

----- Agora, temos aqui uma cidadã que já é nossa conhecida e que é sempre bem-vinda a esta casa, a senhora Lurdes Pinheiro que é da Associação de Património e da População de Alfama, que nos vem trazer um problema que, também, já preocupa vários deputados e, portanto, é muito oportuno. -----

----- Faça favor.” -----

*----- **A Senhora Lurdes Pinheiro** na qualidade de Presidente da Associação do Património e da População de Alfama, com sede no Largo de Santa Luzia (Miradouro), fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Sou Maria de Lurdes Pinheiro, Presidente da Associação do Património e da População de Alfama, e o assunto que nos traz aqui é o projeto de construção do Museu Judaico, no Largo de São Miguel. -----

----- Antes de mais, é importante realçar que somos a favor da criação do museu e achamos que faz todo o sentido a sua localização em Alfama pelo contexto histórico da presença judaica, em Lisboa. Achamos que o museu faz falta, e ilustra a diversidade cultural histórica de Lisboa, tal como outros museus são necessários para ilustrar, ou de outras culturas, nomeadamente, a islâmica e o passado mourisco de Lisboa. -----

----- No entanto, devem ser consideradas algumas preocupações. -----

----- O edifício do museu, segundo o atual projeto, será consideravelmente mais alto que os prédios circundantes o que vai ter um impacto numa zona que já tem pouca iluminação natural. A sua volumetria é desproporcional ao resto do conjunto do casario e, finalmente, um edifício destas características, retira à Igreja de São Miguel, o protagonismo do largo. -----

----- Outra preocupação é a escolha da localização do museu numa zona do bairro que já tem uma grande pressão turística. Isto pode comprometer a forma como o espaço comum do largo, é utilizado pela população e torná-lo num espaço reservado prioritariamente para o museu. Um exemplo limite deste conflito é a utilização do espaço, pela população, para as Festas de Lisboa e os arraiais dos Santos Populares.

----- Como sabemos, Alfama já é alvo de uma grande pressão imobiliária e as pessoas que ali vivem já se sentem expulsas. Inserir um programa para mais turismo, em pleno coração do bairro, vai carregar mais Alfama e aprofundar este sentimento. Trata-se Alfama como se fosse uma moldura bonita para colocar atrações turísticas, em vez de proteger a vivência do bairro e aquilo que o torna único encontro, contribuindo para esvaziar a sua identidade. -----

----- Repito que consideramos a criação do museu, um acréscimo de valor cultural e histórico para a cidade e para o bairro, mas a construção de um novo espaço para celebrar a diversidade e a integração não deve ser feita à custa daqueles que a utilizam no dia-a-dia. -----

----- Do pouco que foi divulgado sobre o projeto, é evidente que a sua instalação, neste local, não está em harmonia com o espaço, e vai perturbar a sua utilização pela população, nos moldes já são tradicionais. Desta forma, será mais um elemento importante que vai agravar a descaracterização do nosso bairro. -----

----- A localização deve ser repensada e todo o projeto deve envolver mais os moradores de Alfama e as associações populares. -----

----- Ao abrigo do direito de petição à Assembleia Municipal de Lisboa, a Associação do Património da População de Alfama vem entregar à Mesa da Assembleia, à Senhora Presidente, quarenta folhas, contendo quinhentas e cinquenta e sete assinaturas, até há pouco, estavam recolhidas mais de cento e quarenta, na Internet, e estão ultrapassadas assim as seiscentas assinaturas, mas vamos continuar este trabalho, juntando apoios e argumentos. -----

----- E entrego na Mesa, se faz favor, o processo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Saúdo a Associação do Património da População de Alfama pela iniciativa da petição, é certamente um assunto que nos interessa, e que iremos debater com a vossa participação. -----

----- Lembro que, não sei se foi invocada, ou não invocada, na petição, mas iremos, agora, ter matéria para discutir o parágrafo, ou a disposição específica do nosso Regulamento Municipal de Edificações de Lisboa que obriga, quando há um edifício dissonante em termos de Arquitetura, que haja uma discussão pública prévia. Eu não sei se isso aconteceu neste caso, se foi considerado dissonante, ou não foi, daquilo que eu tenho visto nos jornais, de facto, ele não se enquadra, exatamente, nas fachadas, atualmente, existentes, portanto, temos, realmente, matéria, aqui, para analisar e fá-lo-emos com muito gosto e, portanto, muito obrigada. -----

----- Irá ser dada admissão da petição e, depois, veremos, em sede de Conferência de Representantes, isto interessa, naturalmente, à 7ª Comissão, interessa também à 3ª Comissão, veremos se há mais alguma implicação, mas pelo menos estas duas,

seguramente. Depois veremos em sede de Conferência de representantes como é que isto se articula.-----

----- Falta, ainda, a intervenção da última pessoa inscrita que é a Senhora Ana Isidro que já esteve cá na semana passada, já cá esteve várias vezes, e eu já tenho aqui algumas informações para lhe dar. -----

----- Senhora Ana Maria Isidro, faça favor, pode vir ao microfone.” -----

----- **A Senhora Ana Isidro**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos, Vereadores da Câmara responsáveis, Presidente Helena Roseta, obrigada por me ouvirem mais uma vez. -----*

----- *O caso é sobre habitação, e como a Dra. Helena sabe da ordem de [REDACTED] e como me telefonaram eu adiei mais uma semana, pedi ao agente para esperar, adiei mais uma semana para não ficar na rua, despejada por me mudarem a fechadura. Pronto, estou aqui por causa disso.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- *“Senhora Ana Maria, nós fizemos já várias vezes pesquisa sobre a sua situação, e para lembrar a memória, também, dos Senhores Deputados, de facto, houve várias candidaturas suas, no passado, que não chegaram ao fim, não teve, não conseguiu a casa. Depois, houve uma contradição de elementos de informação que estavam de um lado e, do outro lado, de outra maneira. Tentou-se o concurso, houve um concurso localizado de atribuição de casas na Freguesia da Ameixoeira, mas ficou no lugar muito abaixo para a sua tipologia, que é fogo de tipologia um, T1, portanto, um quartos de cama, além da sala e, portanto, já não consegui, nesta bolsa, entrar e, neste momento, a sua situação é, portanto, bastante mais urgente, aquilo que fizemos foi alertar a Gebalis que já mandou o mail para a Santa Casa da Misericórdia e aquilo que eu acho que, neste momento, poderá fazer é ir mesmo falar com a Santa Casa da Misericórdia, com o atendimento da Santa Casa da Misericórdia, da sua área de residência, portanto, é na Praça José Queirós, número 1, 3º andar, posso-lhe dar os contactos, os meus serviços podem-lhe dar os contactos e o telefone, ir lá, rapidamente para expor a emergência, para ver se, pelo menos, para um apoio de emergência à Santa Casa Misericórdia, pode fazê-lo, até que se consiga resolver o problema da sua candidatura a uma casa municipal. -----*

----- *Portanto, é este o conselho que lhe posso dar, neste momento, porque das suas candidaturas às bolsas da Câmara, não conseguiu lugar em nenhuma. -----*

----- *O que lhe sugiro é que faça este contacto, que vá à Santa Casa da Misericórdia. Eu vou pedir aos meus serviços que lhe deem os endereços, e nós vamos fazer uma insistência junto da Santa Casa da Misericórdia. -----*

----- *Muito obrigada, Senhora Ana Maria. -----*

----- *Senhores Deputados, terminámos as intervenções do público, e vamos entrar no período da ordem do dia. -----*

----- *Antes de darmos início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é um debate de atualidade pedido pelo Partido Socialista, dar-vos a seguinte informação: -----*

----- *Eu recebi uma notificação do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República, da Comarca de Lisboa, relativamente à denúncia que foi feita quanto à*

questão do edifício, creio eu, da queixa que nós fizemos da Fontes Pereira de Melo. Recordam-se todos da Fontes Pereira de Melo, recordam-se que foi, aqui, suscitado, creio que pelo BE, já não posso precisar, por um dos Grupos Municipais a necessidade de fazer uma denúncia junto do Ministério Público, e assim foi feito.-----

----- Eu recebi uma notificação do Ministério Público, portanto, isto foi feito em nome da Assembleia Municipal, recebi uma notificação na qualidade de Presidente, a informar que o Ministério Público tinha decidido arquivar o processo. Mandei, imediatamente, perguntar para o Departamento Jurídico da Câmara se havia a possibilidade de nos constituirmos assistentes, ou darmos continuidade ao processo tal como está previsto na lei, e o que me responde, o Departamento Jurídico da Câmara, é que é preciso que haja factos novos, ou novos elementos de prova, para além das testemunhas, para se poder dar continuidade ao processo. -----

----- Eu não tenho conhecimento de factos novos, além daqueles que nós enviámos na altura, para o Ministério Público, nem de novos elementos de prova, pelo que não tomarei a iniciativa de nos constituirmos assistentes e de prosseguirmos com o processo, a menos que alguém me venha trazer, ou factos novos, ou novos elementos de prova.-----

----- O prazo limite para darmos a resposta definitiva ao Ministério Público é vinte e três de abril, e o Departamento Jurídico pede um mês de antecedência para poder preparar, se for caso disso, alguma iniciativa. O que significa que até ao final desta semana, em princípio, se alguém tiver factos novos, ou novos elementos de prova que queira aduzir, para eu enviar ao Departamento Jurídico para dar orientação. Se não houver da parte de ninguém, nenhuma iniciativa, nós responderemos ao Ministério Público dizendo que não nos queremos constituir assistentes e que não queremos dar continuidade ao processo, que, damos assim, a nossa concordância ao arquivamento. --

----- Já tinha mandado distribuir a notificação por todos os representantes, mas penso que isto é uma matéria que deve ser do conhecimento de todos os Senhores Deputados. -----

----- Portanto, se alguém tiver alguma coisa de novo a acrescentar ao processo e à queixa que fizemos relativamente à Fontes Pereira de Melo, que façam chegar essa informação, esse dado novo, ao meu gabinete, ainda esta semana, por favor. -----

----- Era esta a informação urgente que vos queria dar. -----

----- E agora, vamos iniciar o debate de atualidade. -----

----- Os Senhores Deputados devem ter recebido um pequeno documento, uma espécie de resumo, distribuído pelo Senhor Vereador João Afonso com as questões essenciais do Programa *Lisboa, Serviço Nacional de Saúde Mais Próximo*, que está na base do protocolo que foi assinado com o Ministério da Saúde e, portanto, também, foi disponibilizado o acordo de colaboração propriamente dito, também está disponibilizado no *site* e, também, foi distribuído. -----

----- Portanto, sendo assim, vamos dar a palavra. -----

----- A grelha de tempos é a grelha K, são sessenta minutos, nos termos regimentais e está previsto, portanto, os primeiros cinco minutos são do partido que iniciou o debate.

Depois, todos os outros grupos têm cinco minutos, também, e a Câmara, também, por ordem de inscrição.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – DEBATE DE ATUALIDADE SOBRE REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS EM LISBOA, REQUERIDO PELO PS, AO ABRIGO DO ARTIGO 49º DO REGIMENTO; GRELHA K – 60 MINUTOS;** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- O acesso aos cuidados de saúde primários por parte de todos os cidadãos é um objetivo fundamental para quem considera essencial assegurar a qualidade de vida de todos os que residem, em Lisboa. -----

----- Estamos, hoje, aqui, para saudar e manifestar a nossa satisfação, pelo facto de os próximos quatro anos se irem proceder, em Lisboa, a construção de catorze novos equipamentos de saúde, correspondem a vinte e uma unidades de saúde que pretende dar resposta a cerca de 355900 utentes. São boas notícias para todos os lisboetas. -----

----- A intenção anunciada é acabar com a prestação de cuidados de saúde em prédios, alguns deles, como sublinhou o Presidente Fernando Medina, sem condições, sem acessibilidade, sem espaço no quadro do programa *Lisboa SNS Mais Próximo*. -----

----- Os Deputados do PS, nesta Assembleia, consideram ser do interesse desta Assembleia, dos utentes do Serviço Nacional de Saúde e dos cidadãos, em geral, conhecer mais sobre este programa e estamos certos que este debate, que requeremos, o irá permitir. Quem como nós, utiliza os serviços SNS não pode deixar de considerar que, com este programa, se criam condições para uma melhor qualidade na prestação dos cuidados de saúde primários, o que é essencial para os que a eles recorrem, evitando o recurso injustificado às urgências hospitalares. -----

----- O plano de desenvolvimento de saúde e qualidade de vida na Cidade de Lisboa, esteve na origem da assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa já tinha elaborado, em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal, em dois de junho de 2009, que realizou o diagnóstico das necessidades de equipamentos de cuidados de saúde primários, e de cuidados continuados integrados. -----

----- A vinte e um de setembro de 2009, foi assinado o contrato-programa entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para a construção de seis novos centros de saúde dos quais três já se encontram construídos; Boavista, Descobertas e Carnide. Neste período foram abertos mais centros de saúde Martim Moniz, Penha de França, Angelina Vidal e ribeira Nova. -----

----- Considerando que o diagnóstico social de Lisboa e a revisão em curso da Carta de Equipamentos revelaram as necessidades crescentes nas infraestruturas que existem, atualmente, para a prestação de cuidados de saúde, tornou-se premente promover o

melhoramento das condições em que os cuidados de saúde primários são prestados aos cidadãos de Lisboa. -----

----- Assim, o Município de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo celebraram no passado dia catorze de março, o acordo de colaboração com vista à construção e requalificação global das infraestruturas e equipamentos de cuidados de saúde primários do concelho de Lisboa, até ao ano 2020. Trata-se do maior investimento em saúde primária, em Lisboa, nos últimos anos, e vai servir mais de metade da população de Lisboa, aumentando a cobertura a mais três freguesias e aumentando, também, as valências de saúde prestados, nomeadamente, em termos de saúde dentária, oftalmologia, métodos de diagnóstico.-----

----- O programa SNS Mais Próximo que tem com objetivo substituir onze centros de saúde que, atualmente, funcionam em prédios e espaços sem condições, e acrescentar três novas unidade de saúde em zonas com a fraca cobertura de cuidados primários públicos, como é o caso do Parque das Nações, Telheiras e Restelo. -----

----- O município investe trinta milhões de euros em terrenos, projetos e na construção, e o Governo assumirá a colocação das equipas técnicas e dos equipamentos.-----

----- Os novos centros resolverão os problemas de acessibilidade de cidadãos com mobilidade reduzida, com especial importância para os idosos. Vão melhorar as condições de serviço e de atendimento, permitindo a acessibilidade de pessoas com dificuldades, nesta área, pois, verifica-se que mais de 56% dos cidadãos de Lisboa com mais de cinquenta anos têm algum problema de locomoção. -----

----- Será celebrado um protocolo específico para a construção de cada um dos equipamentos. -----

----- A qualidade de vida na Cidade de Lisboa mede-se pela oferta de proximidade a quem vive nos bairros, através da oferta de espaços públicos como praças, passeios públicos ou jardins, pela oferta de transportes públicos como as linhas de bairro da Carris e, também, pela oferta de equipamentos de proximidade como mercados, escolas, bibliotecas, o centro de saúde e, em bem, também, por bicicletas partilhadas.--

----- Este investimento é determinante para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos Lisboa, tratando-se de um investimento em saúde primária, em lisboa, nos últimos anos. -----

----- Ao selar este acordo de colaboração, o município concretiza as atribuições na área da saúde relativas à promoção e salvaguarda dos interesses primeiros, próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias. -----

----- Esta assunção de responsabilidades, por parte do município, é possível graças à boa gestão dos executivos socialistas no município de Lisboa, que permitem realizar este investimento. -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Cidadãos e Cidadãs, com esta aposta a Câmara Municipal demonstra o seu compromisso em contribuir no quadro das suas atribuições, para tornar Lisboa numa cidade cada vez mais saudável, criando, desta forma, condições para o aumento sustentável da esperança de vida, na cidade.-----

----- Com efeito, *Amar-te e Sempre*, prémio nobel da economia demonstra o seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, que existe uma correlação entre a existência de serviços de saúde e o aumento da expectativa, devido ao nascer. Estamos perante um acontecimento portador de um futuro melhor para todos e, por isso não podíamos deixar de realizar este debate. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente e Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público aqui presente. -----

----- Pela defesa, a sério, dos serviços de saúde de Lisboa. -----

----- Durante o presente mandato autárquico, os Deputados Municipais do PCP e do Partido Ecologista, Os Verdes, fizeram, regularmente, intervenções públicas em defesa dos serviços de saúde da cidade, partindo um diagnóstico evidente da falta de estruturas e equipamentos para os cuidados primários de saúde, da necessidade de manter e valorizar o património hospitalar, particularmente, o da Colina de Santana. --

----- Por diversas vezes, insistimos que sendo o poder central a Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Gabinete do Ministro da Saúde, responsáveis pelos serviços de saúde de Lisboa, lhes cabia corresponder às necessidades manifestas da população da cidade, e não só, instalando novos centros de saúde, mantendo os hospitais, eventualmente, criando um novo hospital para a população oriental da cidade, até Sacavém. -----

----- O executivo PS e os seus deputados no geral, limitaram-se a votar contra as iniciativas apresentadas, e na discussão da Colina de Santana à revelia das posições da população e dos profissionais de saúde, aprovaram a liquidação dos hospitais e abriram a porta ao negócio imobiliário nos valiosos terrenos dos hospitais desativados a que já está concedida a mudança de uso do solo. -----

----- Na Assembleia Municipal defendemos a aprovada a Carta dos Equipamentos da Saúde de Lisboa, datada de 2009, que, em termos de estrutura, foi parcialmente executada. Defendemos a atualização deste documento estratégico de planeamento, em parceria com o poder central, o que não foi concretizado em oito anos. Infelizmente, esta área não mereceu a atenção devida por parte do executivo PS, chegou mesmo a ser desprezada, sem qualquer intervenção de fundo sobre o assunto, quer do Presidente Fernando Medina, quer do Vereador do Pelouro dos Assuntos Sociais, bem como dos Deputados Municipais do PS. As perguntas, em plenário, sobre saúde, ficaram invariavelmente sem resposta. -----

----- O PCP apresentou em outubro de 2016, uma pergunta escrita na Assembleia da República sobre os projetos novos, em curso, no setor da Saúde, para 2017, tendo o Ministério da Saúde enviado um cronograma ilustrativo dos projetos de modernização de infraestruturas e equipamentos do SNS para 2017 a 2019. -----

----- No que à Cidade de Lisboa se refere, são elencadas dezasseis unidades de cuidados de saúde primários a executar entre 2017 e 2019; Telheiras, Alto dos Moinhos, Beato, Misericórdia, Pulido Valente, Arroios, Areeiro, Marvila, Ajuda,

Alcântara, Sapadores, Graça, Parque das Nações, Sete-Rios, Benfica, Fonte Nova, Campo de Ourique e Alta de Lisboa. -----

----- Trata-se, sem dúvida, de um plano genérico e generoso, de novas e renovadas instalações que vai ao encontro do há muito reivindicado, atendendo à pobreza de equipamentos para os cuidados primários da saúde da capital. Fazem falta equipamentos, mas também profissionais de saúde, nomeadamente, médicos de família, enfermeiros e administrativos, ou assistentes operacionais, bem como, outros profissionais, como psicólogos. -----

----- Insistimos para que Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa fosse revista, neste mandato, não só nos cuidados primários de saúde mas, também, nos cuidados continuados integrados e cuidados hospitalares. Muito trabalho de secretaria, pouca, ou nenhuma, visibilidade e ausência total de discussão pública e política. -----

----- Em vésperas de eleições, aparecem a esperteza do Governo e do executivo municipal do PS, de tirar um coelho da cartola ao assinarem um acordo de colaboração para efetivarem catorze centros de saúde, a quase totalidade, no próximo mandato, catorze e não dezasseis como tinha sido informado pelo gabinete. -----

----- Vocês dizem: *‘Muitos milhões de euros por conta do município numa modalidade até prova, em contrário, promove a descentralização de problemas sem aumentos de custos para o poder central’*, estas ideias andam todas ligadas. A cidade precisa de um debate sério sobre os serviços saúde. Esta promessa de novos e desejados e necessários centros de saúde não pode fazer esquecer a liquidação dos hospitais do centro de Lisboa, nem servir de moeda de troca.-----

----- Quanto à oportunidade de publicitar este acordo de um programa de *Lisboa, SNS Mais Próximo*, nem precisamos de questionar, estamos em campanha eleitoral e é preciso dar ao valor, ao que sempre foi relegado para segundo plano, e dar uma oportunidade à propaganda. -----

----- Para o PCP, a luta continua em defesa da cidade e dos seus habitantes, sempre.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou o seguinte:-----

----- “O PSD dispõe de mais cinco minutos cedidos pelo PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Espero não precisar de tanto tempo.-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados, Serviços Municipais, Público.-----

----- Estão expostos, assim, os planos governamentais para expansão da rede de cuidados de saúde primários que se traduz, afinal, num acordo de colaboração num protocolo estabelecido entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Lisboa no âmbito de um designado programa *Lisboa, Serviço Nacional de Saúde Mais Próximo*. -----

----- Entende este acordo que se apresenta a simultaneidade a vontade de promover uma melhoria significativa das infraestruturas de serviço público existentes em Lisboa, através da instituição de novos centros de saúde, em funcionamento, por um lado, para

dar continuidade às iniciativas da ARSLVT na construção de centros de saúde na Boavista, Descobertas e Carnide e, mais recentemente, no Martim Moniz, Penha de França e Ribeira Nova, diga-se de passagem que esta listagem é porém, diferente daquela que nos foi distribuída, hoje, com o mesmo título. -----

----- Por outro lado, a feitura, pelo município, do diagnóstico social, em Lisboa, que aponta para insuficiências crescentes nas infraestruturas existentes para a prestação de cuidados de saúde primários é, aliás, peculiar e fútil o exercício de tentar demonstrar que o Município de Lisboa já há decénios que elaborou a Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, com base no ao tempo regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa, de maio de 94, diagnosticando carências, alínea a), em equipamentos de cuidados primários, e alínea b), em equipamentos de cuidados continuados integrados, omitindo, no entanto, que tal regulamento do PDM foi atualizado, desenvolvido e alterado, como todos sabemos, pelo de 2012. -----

----- É sabido, também, que muito recentemente, em fevereiro deste ano, se estabeleceu na Secretaria de Estado de Saúde, um grupo de trabalho para definir o programa global de modernização das infraestruturas, equipamentos dos cuidados de saúde primários do concelho de Lisboa, o que seria suficiente para suportar o estabelecimento deste acordo de colaboração, em conjugação com a lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais regido pela lei 75/2013, 12 de setembro e, muitas vezes esquecida, atualizada e alterada pela lei número 42/2016, de 28 de dezembro que, no seu artigo 23º, número 2, define que ‘os municípios dispõem de atribuições no domínio de saúde’ como expressa a referida e correspondente alínea g). -----

----- Assim, a cláusula I do acordo de cooperação, desde logo, define as condições com vista à construção de infraestruturas e equipamentos e cuidados de saúde primários no concelho de Lisboa, tendo como horizonte limite o ano de 2020. Assim se define o compromisso de instalação até a esse horizonte de catorze grupos de unidades de saúde, desdobradas em vinte e uma unidades individualizadas, representando curso previsional global de 21.757 mil euros. Atenção que este número de novo é diferente daquele que nos foi distribuído e como está inscrito no programa de *Lisboa, SMS Mais Próximo* que falem 30 milhões, mas que não coincide com os valores que estão no acordo de cooperação e, portanto, não são esses que se referem. Os termos, aliás, desse acordo de cooperação, não obstante às acrescidas informações distribuídas, são porém omissos nos critérios que subjazem à escolha das localizações. Assim como quem, exatamente, procede à execução física dos projetos pois que tal obrigação consta de várias cláusulas, entre elas, a cláusula quarta e a cláusula quinta, ficando porém, claro que todas essas construções se implementarão em propriedade municipal, no entanto, verifica-se, e informam-nos que no Parque das Nações não será em propriedade municipal, mas, no acordo de cooperação é o que diz, ‘*compensando a câmara através de rendas ou de outra forma de regularização patrimonial as tarefas conceptuais e adjudicações das empreitadas estão também a cargo do município*’. -----

----- Senhora Presidente, é notória a falta que fazem, e continuarão a fazer, mais centros de saúde, em Lisboa, pretendendo que evitem o recurso excessivo às urgências dos hospitais e possam prestar um serviço de proximidade e de qualidade, funcionando

em horário compatível com a tipologia de procura, tão logo, no entanto, a sua distribuição geográfica seja compatível com a dinâmica habitacional da cidade. Restamos a esperança de que o processo se virá a desencadear sem mais delongas, e que os serviços camarários estejam aptos a efetuar todas as muitas ações previstas no acordo, sem quaisquer entraves burocráticos. Assim, o exige a eficiência e a eficácia em projeto tão complexo e concentrado, sujeito, ainda, às eventualidades políticas inerentes ao momento que se atravessa. -----

----- E é tudo. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou o seguinte:-----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado usou, apenas, alguns segundos do tempo do PAN, ainda dispõe de tempo se quiser intervir. -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Neste debate sobre a Rede de Cuidados de Saúde Primários, Os Verdes não podiam deixar de referir que a criação do Serviço Nacional de Saúde representou um enorme passo no acesso aos cuidados de saúde. -----

----- E se a saúde é um direito que, aliás, a Constituição da República Portuguesa eleva a direito fundamental, o SNS é o instrumento adequado para materializar esse direito, através do qual os portugueses puderam usufruir da cobertura de Cuidados de Saúde Primários, que se estendeu praticamente a todo o País. -----

----- Estes cuidados, cuja importância é reconhecida a nível internacional, são o primeiro patamar no acesso aos cuidados de saúde e representam um contributo decisivo para a excelente melhoria dos indicadores de saúde em Portugal. -----

----- Acontece que, nos últimos anos, e muito concretamente com o anterior Governo PSD/CDS, houve graves desinvestimentos nos Cuidados Primários, diminuindo a sua capacidade de resposta, desinvestimento que ainda hoje se repercute nas urgências hospitalares.-----

----- E se é verdade que o problema nas urgências não se resolve apenas com o reforço dos Cuidados Primários, também é verdade que o seu reforço contribuirá para diminuir substancialmente a dimensão que este problema entretanto ganhou. -----

----- Relativamente à medida concreta anunciada pelo Governo sobre a construção de 14 novos centros de saúde em Lisboa - 11 para substituir instalações sem condições e três para novas unidades -, consideramo-la positiva. Solução que era há muito reivindicada por Os Verdes, pelos utentes e pelos profissionais de saúde. -----

----- Contudo, não nos podemos esquecer que se trata de uma medida com efeitos práticos apenas ao fim de três a cinco anos, nalguns casos podendo chegar até aos sete anos. Também não nos podemos esquecer que em 2009 foi assinado um Contrato Programa entre a Câmara Municipal de Lisboa e a ARSLVT em que muito ficou por fazer. -----

----- Ora, analisando os dez anos de gestão PS na Câmara Municipal de Lisboa e, mais concretamente, este mandato que está na sua reta final, o balanço em termos de saúde é negativo, não obstante esta medida agora anunciada pelo Governo. -----

----- É caso para perguntar onde esteve o executivo todos estes anos quando foi preciso reivindicar mais condições no acesso à saúde? Esteve ao lado das populações e dos profissionais de saúde ou esteve mais preocupado em facilitar o encerramento de serviços e valências, enquanto favorecia a proliferação de serviços privados, com prejuízo para a cidade e as pessoas? -----

----- Por exemplo, a par desta medida, e se a preocupação da CML é genuína e não apenas eleitoral, seria importante vermos uma actuação mais reivindicativa e acertada por parte do PS no que diz respeito aos Hospitais da Colina de Santana, exigindo que se mantenham em funcionamento e a reversão dos processos de venda desses hospitais. -----

----- Consideramos também que o reforço dos Cuidados Primários deve ser um complemento a outros cuidados de saúde, nunca podendo justificar o encerramento de outros serviços. Esta Rede nunca poderá funcionar isolada da rede de cuidados continuados e hospitalares. -----

----- Os Verdes querem ainda alertar para o facto de não ser suficiente abrir centros de saúde. Importa salvaguardar que essas unidades serão devidamente dotadas de meios materiais e humanos e que conseguirão dar resposta às necessidades dos munícipes. ---

----- É verdade que o Ministério da Saúde tem dito várias vezes que os Cuidados de Saúde Primários são uma prioridade, mas é preciso dar resposta à contratação de efetivos. -----

----- São ainda muitas as carências de profissionais, são milhares os utentes sem médico de família, os tempos de espera para as consultas são enormes e continua a haver filas à porta dos centros de saúde de madrugada para se conseguir uma consulta. -----

----- É preciso contrariar esta situação e encontrar soluções que aproximem as pessoas dos cuidados médicos. -----

----- A par da construção destes centros de saúde é importante que a Câmara Municipal de Lisboa nos esclareça sobre o que está previsto a nível dos cuidados de saúde para melhorar a situação, porque a Rede de Cuidados de Saúde Primários em Lisboa está longe de se poder esgotar neste anúncio. -----

----- E, uma vez que em muitos casos não existem especialidades básicas, era importante sabermos qual a resposta concreta sobre os centros de saúde que terão valências adicionais e a sua localização efetiva. -----

----- Para terminar, dizer ainda que é positivo que a Câmara Municipal de Lisboa reivindique e promova mais e melhores serviços de saúde mas, por parte de Os Verdes nunca aceitaremos qualquer desresponsabilização por parte da administração central, nesta matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Naturalmente, que a primeira palavra tem de ser de saudação perante este protocolo assinado entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Lisboa. A intenção é boa e é urgente. -----

----- Bem sabemos das dificuldades que passam os utentes em muitos dos centros de saúde, nesta cidade: na Ajuda, Alcântara, Alameda, só para citar alguns, em que prédios que não foram previstos nem pensados para aquele fim, estão a ser usados como centros de saúde há muitos anos.-----

----- O problema deste protocolo prende-se com a história, e o Senhor Vereador João Afonso fez-nos o favor de relembrar essa história e de nos trazer este breve resumo e distribuir aos Deputados a fotocópia. -----

----- Em 2009, houve um contrato de programa entre a Câmara e a ARSLVT para a construção de seis novas unidades de saúde. Construiu três, e três ficaram por fazer, 50%. Depois, um outro pacote Lisboa, um outro programa, para construir quatro unidades de saúde, duas são construídas, duas estão por fazer, 50% de concretização. Esperemos que, neste novo *Lisboa, SNS Mais Próximo* a taxa de execução seja superior, e que não seja, simplesmente, o ciclo político a falar neste Protocolo.-----

----- Mas porque temos muito para tratar, em Lisboa, sobre saúde, gostaria de relembrar o tanto que há por fazer; Colina de Santana. Tivemos um debate muito a profícuo, nesta Assembleia, mas continuamos sem saber o destino daquelas unidades de saúde e daqueles espaços dedicados à saúde dos lisboetas. -----

----- O novo Hospital de Lisboa, datas? Quando será construído? -----

----- Continuamos à espera da sala de consumo assistido. -----

----- Existem muitos temas, em Lisboa, que afetam a saúde e os cuidados de saúde dos lisboetas, e muitos estão por tratar.-----

----- Mas queria também falar-lhe, Senhora Presidente, noutra estado de saúde, o estado de saúde democrática deste órgão, da Assembleia Municipal de Lisboa. Como saberá ontem reuniram as três comissões que tratam da 2ª Circular. Bem sabemos da dificuldade que foi conseguir que houvesse uma comissão, ou várias comissões, para tratar deste tema da 2ª Circular. Primeiro, ninguém queria nenhum esclarecimento, porque estava tudo esclarecido. Depois, propusemos a Comissão Eventual, ninguém quis a Comissão Eventual. Depois, porque a 3ª Comissão disse que ia tratar do assunto, lá se apressaram outras duas para, também, se debruçarem sobre o tema e depois, depois esperámos vários meses para que houvesse alguma coisa, finalmente, conseguimos reunir há uma semana e meia e, ontem, reunimos, novamente, e o espetáculo, Senhora Presidente, foi triste, pela primeira vez, em quarenta anos deste órgão de democracia na Cidade de Lisboa, foi inviabilizada, por uma maioria, a audição de propostas de outros partidos, porque queríamos esclarecer, apresentaram-se dezassete propostas de nomes e a maioria PS inviabilizou-as todas, aceitou, apenas, que viesse o Presidente, dizer-nos aquilo que já nos disse, com certeza, e dois vereadores e, portanto, todo o esclarecimento será feito pelo Senhor Presidente que já disse o que tinha a dizer sobre o assunto. Se não querem esclarecer o que se passou na

2ª Circular, então acabem imediatamente com estas comissões. Não servem para nada, não servirão para nada.-----

----- E, portanto, que gostava de dizer, Senhora Presidente é que esta Assembleia começou muito bem o seu mandato. -----

----- Em 2013, lançámos um debate sobre a Colina de Santana e trouxemos democracia para a cidade e conseguimos parar o que era uma gigantesca operação de especulação imobiliária. Mas temo, Senhora Presidente, com o embuste que se está a tornar estas três Comissões sobre a 2ª Circular, que acabemos tristemente a dar um mau contributo à democracia, na cidade, e acabemos nos cuidados paliativos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Eu queria só alertar o Senhor Deputado que o Senhor Deputado meteu aqui, no meio do debate sobre a saúde, um problema de uma reunião de ontem que eu não sei o que é que se passou, não tenho informação, e naturalmente, se há problemas que se passam nas comissões, eu espero que os respetivos presidentes me façam chegar a informação e que se leve o assunto à Conferência de Representantes, portanto, se alguém se sentiu lesado, façam favor os Senhores Presidentes das Comissões de me trazerem essa informação porque eu não adivinho, eu não adivinho e não estava lá. ----

----- Portanto, Senhor Deputado, pedia que as coisas fossem feitas com base em informação disponível. Eu não tenho essa informação pelo que não me posso pronunciar, evidentemente, sobre uma matéria dessas, e o Senhor Deputado tem sempre a oportunidade de a levar à Conferência de Representantes como, depois da intervenção que acabou de fazer, certamente, levarei. -----

----- E vamos prosseguir no sítio onde estávamos que era o debate sobre a saúde.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários Membros da Mesa, Senhor presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados e Público presente. -----

----- Na sequência do acordo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para construção ou reabilitação de catorze centros de saúde, em Lisboa, saudamos a realização deste debate no momento mais propício. -----

----- O CDS-PP entende que os Cuidados de Saúde Primários são a “porta de entrada” para o Serviço Nacional de Saúde e entendemos que o Governo, bem como as autarquias, têm de continuar a política de reforço nestes cuidados de saúde. Os Cuidados de Saúde Primários deverão assegurar a necessária proximidade junto das populações e proporcionar os atos inerentes às suas características, com qualidade e em tempo, clínica e socialmente adequado. -----

----- A falta de médicos de família - fruto de anos de mau planeamento e má gestão de recursos humanos na área da saúde – tem originado preocupações e ansiedades junto das populações. Eu próprio, não tenho médico de família. O que me vale é que tenho muitos médicos na minha família.-----

----- O CDS-PP tem consciência que a Medicina Geral e Familiar é uma das especialidades médicas onde existe maior carência de recursos humanos e que é urgente atuar por forma a que cada vez mais cidadãos tenham acesso a um médico de família. O Governo PSD-CDS fez esforços e tomou medidas muito concretas para colmatar esta falta de médicos de família. Mas compreendemos, também, que as populações se sintam inseguras e preocupadas face a uma eventual perda de qualidade na prática clínica. -----

----- É um facto que há um recurso excessivo e, muitas vezes, desnecessário às urgências hospitalares e que é preciso adotar medidas para que as pessoas possam ser atendidas nos Cuidados de Saúde Primários. Muitas vezes entopem-se os serviços sem necessidade nenhuma. Bem dita triagem na altura em que apareceu. -----

----- É preciso apostar, também, na prestação de cuidados domiciliários, nomeadamente, para a população mais idosa, muitas vezes isolada, que tem maiores dificuldades em sair de casa ou, muitas vezes, não tem quem a acompanhe. -----

----- Neste sentido, importa que este Governo socialista dê andamento à implementação do Enfermeiro de Família. A figura do Enfermeiro de Família foi criada pelo Governo PSD-CDS mas, este Governo, interrompeu o processo da implementação das experiências-piloto, tendo criado um grupo de trabalho para rever esta matéria. Mais uma revogação. No entanto, e passado mais de um ano, ainda não temos implementados os Enfermeiros de Família, que tanta falta fazem nos Cuidados de Saúde Primários. -----

----- O próprio sindicato dos enfermeiros recordou, referindo-se a Lisboa Norte, que faltam pelo menos 90 enfermeiros, tendo em conta que atualmente existem 352 mil utentes inscritos e apenas 126 enfermeiros. Esta falta de profissionais já trouxe consequências, nomeadamente, a suspensão de consultas ao domicílio a recém-nascidos. -----

----- Defendemos, também, a reativação da Linha Saúde 24 Sénior, criada pelo anterior Governo e que, no espaço de dois anos, prestou atendimento a mais de 21.000 idosos. Alegadamente, a suspensão da linha aconteceu “*para se fazer face ao aumento da procura relacionado com a gripe*”. Veja-se bem. -----

----- Relembramos que, criada em 25 de Abril de 2014, a Saúde 24 Sénior era um serviço dedicado, especificamente, a idosos com setenta, ou mais, anos. Propunha-se fazer uma “avaliação biopsicossocial” dos idosos, olhando para não só para a situação clínica, mas também autonomia física, a forma como se alimentavam, e do seu estado social e cognitivo, entre outras dimensões. Pretendia igualmente detetar e prevenir os problemas relacionados com o isolamento dos mais velhos, ajudá-los a marcar consultas, ou a renovar a medicação, por exemplo. Entendemos que o acompanhamento que esta linha de saúde fazia era muito importante para os idosos e que deve ser, rapidamente, reativada. -----

----- Foi, recentemente, assinado o protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a ARSLVT para a construção de catorze novos centros de saúde, em Lisboa, que, segundo o noticiado, darão, daqui a cinco anos, mais acesso a cuidados de saúde primários a cerca de 305 mil utentes. -----

----- As novas unidades vão acolher utentes que até agora eram atendidos em centros de saúde construídos em prédios de habitação. Os novos centros de saúde, construídos, essencialmente, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, vão, numa primeira fase, substituir "os que estão mais degradados". Numa segunda fase, serão transferidos para novas unidades os centros de saúde que "receberam algumas remodelações e não precisam já, de uma substituição". -----

----- Na lista de prioridades está o Centro de Saúde de Anjos, que abrirá dentro de um mês nas instalações dos serviços sociais da Câmara, na Avenida Afonso Costa. Esta que é a "unidade de saúde mais degradada da cidade", segundo o nosso Presidente, será transferida para o edifício da autarquia, onde será dotada das "melhores instalações que a tecnologia hoje pode disponibilizar", avançou Fernando Medina. -----

----- Esta unidade vai funcionar paredes meias com um serviço hospitalar, instalado nestes serviços sociais da câmara, que, atualmente, serve os funcionários da autarquia e os seus familiares. "Vão pôr esses meios ao serviço da comunidade", adiantou o Presidente. -----

----- Não por acaso a cerimónia realizou-se no Parque das Nações, freguesia que reivindica, desde 1998, a construção de um centro de saúde. Sem deixar garantias, Adalberto Campos Fernandes deixou clara a vontade de que a "Expo fosse a primeira" freguesia a ter um novo centro. -----

----- Os centros de Telheiras, Restelo e a Alta de Lisboa fecham a lista dos quatro centros prioritários. Adalberto Campos Fernandes disse mesmo esperar, daqui, a "alguns meses poder visitar o andar das obras".-----

----- Escutámos, também, a promessa de que os novos equipamentos vão ter "competências alargadas", como consultas de especialistas (entre os quais dentistas e oftalmologistas, garantiu o ministro da tutela), e meios complementares de saúde e terapêutica, de forma a reduzir a pressão sobre os hospitais da capital. -----

----- Estas são as promessas que estão na imprensa.-----

----- Aos 30 milhões de euros previstos para os custos das obras, investidos pela autarquia, acresce o valor dos terrenos - alguns na posse do Ministério, outros municipais. Ao longo dos anos, caso o ministério fique titular dos equipamentos, pagará este investimento à câmara através de uma renda. Sobre o investimento assumido pela autarquia, Fernando Medina reforçou que a "Câmara de Lisboa tem condições financeiras sólidas": "Fazemos este investimento porque podemos", justificou, acrescentando que não existe qualquer contribuição de fundos comunitários. -----

----- Importa notar que, ao todo, há 682 mil pessoas sem médico na região de Lisboa e Vale do Tejo, o que significa que sete em cada dez utentes sem médico estão nesta região. -----

----- O facto de, por exemplo, no último Verão, cerca de 50% das urgências do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, não terem sido verdadeiras urgências, ilustra bem a amplitude deste problema. Eram problemas de saúde que poderiam perfeitamente ser resolvidos nos Cuidados de Saúde Primários, caso houvesse acesso e capacidade de resposta. -----

----- Na região de Lisboa são necessários cerca de 400 médicos de família para fazer face às necessidades. -----

----- O CDS-PP saúda, naturalmente, o investimento nos Cuidados de Saúde Primários, que há tanto tempo defendemos. Saudamos, ainda, o anunciado alargamento de competências para estes novos centros de saúde. Mas não deixamos de registar que este investimento em Lisboa seja realizado precisamente em ano de eleições autárquicas e numa autarquia do PS. Claro que conhecendo o PS, sabemos que isto não passa de uma coincidência. Mais uma... -----

----- Temos, apenas, algumas questões a colocar: Há médicos de medicina geral e familiar, dentistas e oftalmologistas suficientes para colocar nestes centros de saúde? Há enfermeiros suficientes? E Assistentes Operacionais? E Assistentes Técnicos? E Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica? E equipamentos de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica? -----

----- É que entendemos que, sim, é preciso dar acesso à população aos Cuidados de Saúde Primários, mas é essencial assegurar, previamente, que há recursos humanos suficientes para colocar nestas unidades de saúde. Não serve de nada anunciar, com pompa e circunstância, construções de novas unidades, equipá-las, fazer grandes cerimónias de inaugurações e, no dia seguinte à inauguração, fechar as portas porque não há pessoal para lá colocar. E os Governos socialistas têm larga experiência neste tipo de “manobras publicitárias”. -----

----- Aguardemos, pois, pelas cerimónias e por quem serão os seus mestres. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Lucas Lopes (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- A Freguesia do Parque das Nações foi o palco escolhido para a assinatura do acordo de colaboração entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Lisboa. --

----- O dia 14 de Março é um marco importante para a qualidade de vida na freguesia do Parque das Nações porque representa a vontade política entre a Junta de Freguesia, a Câmara de Lisboa e o Governo da República para dar resposta a uma das mais importantes reivindicações dos residentes. -----

----- A espera foi longa com muitos obstáculos pela frente, resultantes sobretudo da visão economicista da ex-ministra das finanças e postura, no mínimo, pouco colaborante da administração liquidatária da Parque Expo. -----

----- Após vários anos de pressão junto das entidades a meta está à vista. -----

----- Apesar do Programa Saúde Mais Próxima prever a reabilitação e construção de 14 centros de saúde para Lisboa até 2020, é compromisso de honra do Executivo do Parque das Nações com os seus fregueses manter a pressão para que a construção do centro de Saúde se realize o mais depressa possível. -----

----- O terreno está disponível à espera das primeiras máquinas. Os compromissos financeiros estão assumidos em orçamento. Chegou o momento de dar aos fregueses a

confiança nos compromissos assumidos, na palavra dada tanto pela Junta de Freguesia do Parque das Nações como pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- As duas Unidades de Cuidados Familiares previstas vão ao encontro das necessidades detetadas no Diagnóstico Social de Lisboa e também no Diagnóstico Social do Parque das Nações. O programa Saúde Mais Próxima é uma resposta de saúde pública de qualidade não só para os residentes, mas também numa primeira triagem para visitantes. Neste contexto, os equipamentos de saúde constituem uma importante mais-valia. Representam também a valorização de um território mais seguro, amigável. -----

----- Um território onde as pessoas contam. É esta a mensagem que a construção do Centro de Saúde do Parque das Nações, com um investimento estimado de mais de 2 milhões de euros, a junta quer transmitir a todos os fregueses do Parque das Nações.---

----- Conosco as pessoas contam. Sem hesitações, vamos ter que cortar mais esta meta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Público em geral. -----

----- Eu queria fazer, apenas, uma breve referência a este projeto no sentido de parabenizar a Câmara, parabenizar o Governo da República, por algo que era o anseio da população já há bastantes anos. Não há muito que fazer a não ser congratularmos quando tudo se projeta na melhoria das condições da população. É o que temos, aqui, à nossa frente, um bom trabalho do Governo, e um bom trabalho da Câmara e do Pelouro dos Assuntos Sociais, esperemos que a capacidade de investimento da Câmara permita acelerar, o mais possível, a abertura destes centros, e que a o Governo mostre disponibilidade de os equipar, do ponto de vista dos recursos humanos. -----

----- Portanto, parabéns a Lisboa, e esperemos que isto possa arrancar o mais depressa possível, e não esquecer tudo o resto que está por fazer, nomeadamente, na área da Colina de Santana como, também, já foi referido e que tem, também, ser discutido. ----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- O Serviço Nacional de Saúde e os centros de saúde. -----

----- Nos próximos anos, Lisboa vai ter catorze novos centros de saúde, espaços concluídos de raiz, três edifícios reabilitados para o efeito. Um investimento municipal de 30 milhões de euros nos cuidados primários. -----

----- Anteriormente, a ARSLVT, em 2009, previa seis centros de saúde dos quais só abriram três. -----

----- É indiscutível que a consolidação da rede dos cuidados primários de saúde é um elemento determinante no modelo de desenvolvimento sustentável da cidade. -----

----- Ainda hoje, existem centros de saúde, em Lisboa, a funcionar em prédios de habitação com dificuldade de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, ou mesmo com carrinhos de bebés. -----

----- Estamos perante um protocolo que pretende ser um bom instrumento de planeamento para que possa ser implementado uma estratégia para o setor. Este protocolo é sucessor de um protocolo assinado em 2009, já anteriormente referi, que apenas foi concluído em 50%, do planeado, apenas três dos seis, centros de saúde vieram à luz. -----

----- Por isso, mais do que documentos o MPT pretende ver obras e novos centros de saúde, em funcionamento. Sim, pois são várias as vezes que temos centros de saúde a estarem concluídos e equipados, não temos médicos, enfermeiros, auxiliares, administrativos e etc., para os pôr em funcionamento. -----

----- Se calhar, também, era importante quando definimos que a rede de centros de saúde, sabemos que disponibilidade temos de pessoal para os poder equipar, e não ser só números de centros de saúde onde localidades, mas sim, a qualidade dos serviços que prestarão. -----

----- Temos uma questão ao nível do investimento. O protocolo agora assinado fala do investimento superior a 30 milhões de euros. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa está-se a substituir ao Estado na obrigação de investimento no setor, questionamos porque é que a Câmara Municipal de Lisboa não teve acesso aos Fundos Comunitários para acompanhar parte do investimento? -----

----- Também questionamos a oportunidade deste debate nesta altura, numa altura em que estamos já em pré-campanha eleitoral? Mas pronto, entende-se, porque o Executivo quer marcar mais um passo. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- Nós constatamos que, efetivamente, para a generalidade dos partidos a criação destes novos centros de saúde, em Lisboa, é uma boa notícia e é decerto uma boa notícia para todos os cidadãos. -----

----- O Serviço Nacional de Saúde, como aqui foi referido pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, é extremamente importante para muitos de nós, não para todos, mas, certamente, para muitos de nós, efetivamente, e é particularmente importante, para nós Socialistas, porque foi por iniciativa socialista que foi implementado o Serviço Nacional de Saúde. Naturalmente, que continua a haver necessidade de o aprofundar, de o densificar, e este programa, em Lisboa, é uma forma de, realmente, respondermos às necessidades mais sentidas pelos cidadãos, de tornar o Serviço Nacional de Saúde mais próximo, de responder a situações que não estavam, suficientemente, cobertas e, portanto, nós consideramos muito importante que ele tenha, esteja e se vá concretizar. -

----- Eu, realmente, penso que a generalidade dos Deputados se centrou no Serviço Nacional de Saúde, mas infelizmente, o Senhor Deputado Ricardo Robles ignorou,

praticamente, o programa, não é, e como ignorou o programa, eu vou recordar que, efetivamente, este programa global de modernização de equipamentos prevê catorze centros de saúde para catorze freguesias, ou centros de saúde que vão ser constituídos de novo, na Alta de Lisboa, no Alto dos Moinhos, no Fonte Nova, Marvila, Campo de Ourique, Arroios, Beato, Telheiras, Restelo, Parque das Nações e que, além disso, haverá três casos em que se procederá à adaptação de edifícios existentes. -----

----- Eu recordo só isto porque o Senhor Deputado Ricardo Robles, eu penso que há um tempo para tudo debaixo do Sol, como diz um velho livro, há um tempo, efetivamente, para ouvir, e um tempo para falar, há um tempo para, efetivamente, semear, há um tempo para colher, há um tempo para a guerra e há um tempo para a paz e efetivamente, há um tempo para discutir a 2ª Circular, mas não se deve desprezar as questões da saúde, em Lisboa, porque este é o centro, hoje, do nosso debate e é isso que nós nos devemos centrar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Vereador João Afonso que tem cinco minutos cedido pelos Independentes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, depois, tem os cinco minutos da Câmara.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Caros Colegas Vereadores, Caros Municípios, Caros Funcionários da Câmara. -----

----- Queria começar por agradecer o interesse e a iniciativa do Partido Socialista por agendar este debate, e todas as forças políticas aqui presentes por estarem atentos e exigirem mais saúde para a nossa cidade. Mas eu creio que queria, nesta apresentação, fazer, enquadrar um pouco melhor. -----

----- Eu creio que a Câmara Municipal de Lisboa não está só trabalhar nos centros de saúde. Há um trabalho que foi, fazer o perfil de saúde da Cidade de Lisboa e foi, estarmos, neste momento, a construir o plano de desenvolvimento de saúde e qualidade de vida e o bem-estar da Cidade de Lisboa, que ainda não está definitivo, mas que, no fundo, em cinco eixos estratégicos que é a vida ativa, vulnerabilidades, cidade e envelhecimento, acesso a cuidados de saúde de qualidade e políticas do ciclo de vida, englobamos todos os parceiros da cidade numa estratégia de futuro para uma melhor vida na nossa cidade. Não estamos a tratar de doenças, estamos a tratar da saúde de todos, e a cidade é o principal mecanismo de prevalência e de defesa da saúde dos municípios. -----

----- Um outro trabalho que estamos a desenvolver, já desenvolvemos no âmbito da rede social, foi fazer o segundo diagnóstico social e definir o segundo plano de desenvolvimento social de Lisboa para 2017-2020. Questão importante, a ARS é neste momento, parceiro da rede social de Lisboa, membro parceiro e participante no núcleo executivo da rede social de Lisboa. E neste plano de desenvolvimento social que tem quatro eixos estratégicos, como podem ver, obviamente o reforço e territorialização da rede social que significa pôr o que são os serviços ao dispor da cidade, no âmbito

social, articulados e também, os centros de saúde, obviamente, a intervenção em público alvo, a intervenção em domínios e grupos de maior vulnerabilidade e a promoção da empregabilidade. E há quatro áreas de trabalho que a incidência da Saúde é prevalecte, as pessoas idosas, na deficiência, na saúde mental e nos comportamentos aditivos. -----

----- Uma outra é a questão da articulação com a ARS e não nos podemos esquecer que a mudança de Governo, também, permitiu uma mudança na gestão e na Presidência da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e esta mudança é determinante na relação que temos com a Administração Regional de Saúde, com o Ministério da Saúde. Não podemos esquecer o que é ter um representante da ARS no âmbito do trabalho com os sem-abrigo e, que isso nos permite ter um plano de intervenção na área da saúde para as pessoas sem-abrigo. Não nos podemos esquecer o que é ter um representante na rede social de Lisboa, o que é trabalhar com o DICAD e o SICAD no âmbito da estratégia de comportamentos aditivos, não nos podemos esquecer que é trabalhar no plano municipal para a integração dos imigrantes em estreita colaboração com os agrupamentos centros de saúde de Lisboa, e pensar como chegar mais próximo de toda a população imigrante, legal, ou não legal, ou o que é fazer um plano municipal de prevenção e combate à violência doméstica e de género, tendo como principais parceiros, também, os centros de saúde da Cidade de Lisboa. Não podemos, também, pensar que a Cidade de Lisboa não tem o futuro, um futuro que terá que ser diferente, e se pensa que a Universidade, se pensa com as Faculdades de Medicina, que se pensa com os parceiros económicos e que, no *Lisbon Living Plus* que é um consórcio a nível nacional, que já falámos, aqui, nesta Assembleia Municipal, a nível internacional, pelo menos estar no centro, estar no eixo da inovação na área da saúde, para a Cidade de Lisboa. -----

----- Falar de centros de saúde bom, obviamente, este acordo de colaboração, e este é o mapa da ARSLVT, dá-nos uma imagem do que são os centros de saúde, eu diria que, neste momento, está em construção, como sabe, muito em breve, a construção do Centro que é a Charneira. Temos um centro de Charneira que é o Pulido Valente e, pois, temos catorze centros que já estão prontos, e catorze centros novos que vão surgir. Para além desses, destes catorze já existem quatro que vão ser remodelados pela Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e é isso que nós vamos ter, vamos ter uma cidade coberta por centros de saúde, com melhores condições, melhores serviços e uma melhor distribuição.” -----

----- (Apresentação do Audiovisual). -----

----- (O **PowerPoint**, igualmente, apresentado, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou o seguinte:-----

----- “Pelo menos vimos algumas imagens para refrescar a memória a quem não tem, ultimamente, visitado os centros de saúde, em Lisboa, e para termos uma ideia do que é que é este programa. Agradecer ao Senhor Vereador.-----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Senhores Deputados, o Senhor Vereador esgotou os cinco minutos da Câmara, e ainda mais um bocadinho que o PNPN cedeu, agora o Senhor Presidente tem cinco minutos cedidos pelos Independentes e, algum minuto que, ainda, falte, do Partido Socialista, ou do PNPN. -----

----- Faça Favor, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Quero, em primeiro lugar, destacar a enorme importância deste acordo, agora celebrado. É um acordo global, abrangente que procura dar uma resposta cabal às necessidades de uma cobertura adequada da rede de cuidados primários na cidade de Lisboa, e pretende algo mais, pretende que numa parte significativa destes centros, nós tenhamos uma prestação de cuidados de saúde superior, do ponto de vista qualitativo, àquilo que são os antigos centros de saúde. Pretende-se que estes centros tenham a capacidade reforçada de meios de diagnóstico, seja na radiologia, seja ao nível de ecografias, seja ao nível até de tratamento dentário, no fundo, permitir de análises clínicas, isto é, centros de saúde que tenham uma capacidade efetiva de serem a porta de entrada das pessoas no Serviço Nacional de Saúde e não, como hoje, em que essa a porta está concentrada nas urgências hospitalares.-----

----- Terceiro aspeto, este é, sem dúvida, um investimento e uma aposta no Serviço Nacional de Saúde. Se repararem, uma parte destes investimentos vão ser realizados, dando resposta a falhas de cobertura do sistema na cidade, falhas de cobertura significam duas coisas, em separado, ou em simultâneo: mau serviço aos munícipes e aos utentes do SNS, mas em segundo, um favorecimento do mercado privado de saúde em resposta a necessidades e direitos fundamentais dos cidadãos. É assim que, inexplicavelmente, tivemos o arrastar da falta de um centro de saúde no Parque das Nações que sendo a freguesia mais recente do ponto de vista da sua urbanização, viu os seus residentes vedados de uma infraestrutura básica, tendo que satisfazer as suas necessidades, ou em freguesias mais distantes das suas residências, ou então com recurso ao setor privado mas, também, na resposta complementar em freguesias particularmente numerosas que necessitam de reforço de capacidade instalada.-----

----- Quinto aspeto, este é um programa de continuidade relativamente ao programa de centros de saúde. Eu recordo que ao abrigo dos sucessivos protocolos feitos, de dois protocolos anteriores, já abriram os centros de Saúde da Boavista, Belém, Carnide, Martim Moniz e Penha de França, mas mais importante, ainda, como o Vereador João Afonso, aqui, referiu, é que esta estratégia, relativamente aos centros de saúde, é parte de uma abordagem integrada da saúde na Cidade de Lisboa, porque a verdade é que muito do que é a política de saúde coloca-se a montante do que são as unidades de carácter hospitalar e das unidades de tratamento da doença, colocam-se, precisamente, sua promoção de estilos de vida saudáveis na capacidade e na possibilidade de as pessoas usarem e viverem, na cidade, de forma diferente e todo o investimento que estamos a fazer; no programa das praças, na arborização, na pedalização das vias mais não é do que um enorme contributo para termos uma vida mais saudável para pessoas com melhores condições de vida na Cidade de Lisboa. -----

----- Quero, por isso, dar uma palavra de saudação ao Vereador João Afonso e ao Vereador Manuel Salgado pelo trabalho que fizeram na concretização deste programa.

----- Deixar uma palavra particular de saudação ao Ministro da Saúde, à equipa da ARS, porque este trabalho resultou de um ato de vontade mútuo, naturalmente, comum, partilhado, mas que assentou numa vontade muito forte, do lado do ministro da Saúde, em resolver e em criar as condições para definir uma solução estável e de futuro para a rede de cuidados primários na cidade de Lisboa. Foi, aliás, a transformação da resolução de um problema concreto no que é uma oportunidade de uma resolução mais vasta que hoje tivemos possibilidades de fazer com esta equipa no Ministério da Saúde, com esta equipa da ARS. -----

----- Por último, falar aos Senhores Deputados sobre a questão hospitalar. Essa questão é uma das questões que está em cima da mesa, continua central no nosso diálogo com o Governo, onde naturalmente que a nossa prioridade central, primeira, segunda e terceira matéria hospitalar, é o arranque da construção do novo Hospital Oriental na Cidade de Lisboa e, obviamente com o compromisso de que até esse arranque não haverá diminuições de capacidades nas outras zonas, e no resto que está previsto na Cidade de Lisboa. Inverter os termos do debate, não é ajudar à concretização do fundamental, e o fundamental é que consigamos, nós cidade de Lisboa, aquilo que andamos a ambicionar, pelo menos há uma década, é que arranque o novo Hospital Oriental, isto é, uma moderna infraestrutura, dotada das melhores condições para prestar cuidados de saúde, e que seja capaz de colocar a saúde como um serviço de grande qualidade na cidade para a generalidade dos munícipes. -----

----- Quero, pois, terminar, renovando os meus votos de saudação ao Senhor Vereador, à sua equipa, aos Vereadores, a toda a equipa do Ministério da Saúde, é um programa que honra o Município de Lisboa e o Ministério da Saúde, no qual nós vamos investir recursos financeiros significativos no que é o respeito das competências próprias de cada um, isto é uma competência da Administração Central, mas que nos permitiu, com criatividade, resolver a Câmara avançar com o investimento e, depois, sendo titular dos edifícios, ficar senhoria do Ministério da Saúde, relativamente a estes equipamentos permitindo, obviamente, pagamentos antecipados que o Ministério da Saúde venha a realizar. -----

----- Foi desta forma prática, simples, criativa, mas que decorreu da vontade política mútua muito forte, que somos capazes de apresentar um programa que, estou certo, vai mudar para melhor a vida de muitos munícipes na Cidade de Lisboa. -----

----- Por último, para concluir, um dos projetos emblemáticos, deste acordo, é a instalação de um dos centros de saúde, aquele que estava, atualmente, mais degradado, será instalado dentro do edifício dos Serviços Sociais da Câmara de Lisboa, o que vai permitir duas coisas: em primeiro lugar, do ponto de vista dos serviços sociais, rentabilizar um forte investimento, que foi feito ao longo dos anos, para na construção e no investimento em meios de diagnóstico, em capacidade clínica para o tratamento, vai permitir rentabilizar esses investimentos. E em segundo lugar, vai permitir algo de grande importância que é abrir os serviços, hoje, que são de alta qualidade nos serviços sociais, ao serviço à comunidade e à Cidade de Lisboa, porque vai permitir

que alguém que vá hoje a um centro de saúde, ao centro de saúde que está nesse edifício, que se precisar de análises clínicas, se precisar de um meio complementar de diagnóstico, se precisar de uma consulta de especialidade, pode usar, como, hoje já podia, mas a diferença é que a comunidade é enorme, porque o edifício é o mesmo, vai poder fazê-lo com grande comodidade e conforto e poderemos abrir este centro a muito breve trecho. -----

----- Senhora Presidente, muito obrigado. É pois um dia bom para a Câmara de Lisboa, podemos apresentar, e termos aprovado, este acordo, com o Ministério da Saúde. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Nós chegámos ao fim deste debate. Não houve nenhuma proposta de deliberação, portanto, para a semana, como temos declarações políticas, se alguém quiser tirar conclusões do debate, teremos condições, para a semana, de o poder fazer, em sede de declarações políticas, documentos preliminares da declaração política.-----

----- Vamos então passar ao ponto dois da ordem de trabalhos. É uma proposta que já, aqui, veio várias vezes, tem sido sistematicamente, adiada porque não temos conseguido concluir as nossas ordens de trabalho. Eu hoje, por isso mesmo, fiz uma ordem de trabalhos mais curta para que tenhamos tempo de terminar as questões que estão agendadas. -----

----- A **Proposta nº 754/CM/2016**, eu recorde, tem uma grelha simples, três minutos a cada um, por isso, apelo à vossa capacidade de síntese. -----

----- Em primeiro lugar, tem uma apresentação pela Câmara...”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, interrompe dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, peço desculpa, mas interrompo por causa da ordem de trabalhos. É o seguinte, esta proposta vai ser apresentada pelo Vereador Manuel Salgado e eu próprio, também, depois, falarei sobre a mesma, mas entretanto, por uma questão clínica ainda ficou retido...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, o que me está a dizer é que o Senhor Vereador não está presente, e que precisamos de passar aos outros pontos da ordem de trabalhos antes de ver este? É isso?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** responde: -----

----- “Tal qual. Mas discutimos, ainda, nesta reunião.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Mas eu chamo a sua atenção que os outros pontos da ordem de trabalhos são muito rápidos e que, portanto, não vamos prejudicar, novamente, isto por falta do Vereador. Veremos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** responde: -----

----- “Senhora Presidente eu peço desculpa, se entretanto o Senhor Vereador Manuel Salgado não chegar, eu farei o debate e a apresentação da proposta. Mas aguardaria que ele chegasse. Se ele não chegar, faremos a discussão, hoje.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito bem, Senhor Presidente. Muito obrigada.-----

----- Dado este pedido, julgo que ninguém se opõe que passemos já à discussão da **Proposta nº 1/CM/2017.**”-----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA 1/CM/2017 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS RELATIVAMENTE À SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS, NA ÁREA CORRESPONDENTE À UNIDADE DE EXECUÇÃO 1, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS ARTIGOS 137º, 138º E 141º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 1/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou:-----

----- “Pergunto se algum Senhor Vereador, ou Presidente da Câmara quer apresentar esta proposta? Não vejo ninguém a pedir a apresentação da proposta.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Relator que foi o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, se quer apresentar o relatório? Dispensa a apresentação do relatório.-

----- Portanto, o parecer da 3ª Comissão penso que terá sido aprovado por unanimidade, portanto, vamos, agora, dar lugar às intervenções sobre a proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos.-----

----- O Plano de Pormenor das Amoreiras foi aprovado por esta Assembleia em 29/03/2011. Para a sua mais rápida execução, a CML optou por o delimitar em três Unidades de Execução distintas. Porém, passados 3 anos, por se ter deparado com dificuldades na mobilização dos proprietários da Unidade de Execução nº 1 e devido à crise no sector imobiliário, a CML requereu, em 2014, que esta AML procedesse à suspensão parcial nesta Unidade por um período de 2 anos, prorrogável por mais 1 ano e a caducar com a entrada em vigor da Alteração ao PP.-----

----- Objetivamente, qual era o argumento apresentado para esta suspensão dos instrumentos de gestão territorial? Segundo o artigo 1º das Medidas Preventivas, a vereação pretendia “garantir as condições necessárias ao correto ordenamento do território na área correspondente à Unidade de Execução 1”. Ora, a CML realizou, pelo menos, duas reuniões com todos os proprietários envolvidos (a 29 de Setembro de 2011 e a 18 de fevereiro de 2014), sem que se tenha obtido qualquer consenso, pelo que importa que o executivo esclareça as razões de não ter sido possível obter esse acordo.-----

----- Entretanto, a CML inicia a alteração do PP, sendo que ainda não concluiu os procedimentos para a sua alteração. E decorridos 2 anos após a suspensão parcial do

PP das Amoreiras na Unidade de Execução nº 1, a CML apresenta esta Proposta nº 1/2017, para que a AML prorogue o prazo de vigência das medidas preventivas, por mais 1 ano, mas sem esclarecer a razão da alteração do PP ainda não estar concluída. --

----- Por outro lado, esta suspensão parcial visava que a CML transmitisse aqueles lotes para terrenos do domínio privado do Município, a fim de satisfazer compromissos para com a EPAL e os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique. Em relação à EPAL, a escritura do lote deveria ter sido celebrada até 31 de Dezembro de 2014, sob pena de a CML ter que pagar uma avultada indemnização à EPAL. O PEV gostaria assim de saber: foi já efetuada a escritura do lote em causa?-----

----- No outro aspeto relevante, o PP das Amoreiras já previa que o Quartel dos Bombeiros, situado na Rua José Gomes Ferreira, fosse demolido e construído num outro novo local. Como após a suspensão do PP, a necessidade da nova construção se mantém em termos urbanísticos, a CML vem afirmando que será encontrada uma solução no sentido de salvaguardar os interesses da Corporação. -----

----- Da parte dos Bombeiros, a direção já declarou não possuir capacidade financeira para assegurar 15% do investimento estimado ou proceder a uma garantia bancária para a totalidade do valor da obra.-----

----- Por isso, “Os Verdes” gostariam de saber se já foi encontrada alguma solução que permita a construção efetiva do novo Quartel. Quem custeará, e para quando, a sua construção no terreno a ceder pela EPAL? Até quando prevê a CML manter suspensa a edificação de outros equipamentos na Freguesia, como nas áreas de educação e saúde?-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Sobre esta questão, o que já parece uma novela de vários anos, o que em televisão é muito mau, e no Município de Lisboa é pior, ainda, o que nós gostaríamos de colocar é o seguinte:-----

----- Não temos uma resposta clara sobre a resolução do problema da sede dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique.-----

----- Não temos respostas sobre a questão da reavaliação pela Câmara daquilo que é património municipal e que poderia ser integrado no plano de pormenor, e aproveito para sugerir, mais uma vez, essa proposta, que seja integrado no plano de pormenor, para propiciar a criação de habitação, a custos controlados, para os mais jovens na Cidade de Lisboa, questão que nunca foi considerada pela Câmara, e daí a nossa abstenção e as nossas reticências em relação a este plano de pormenor.-----

----- Depois, esta questão da EPAL e do acordo que vem de 2007, foi elaborado o Plano de Pormenor das Amoreiras não contempla a solução do acordo e, na realidade, tal como faz a Comissão, a 3ª Comissão, no seu relatório, até que ponto esta suspensão não poderá pôr em causa os equipamentos previstos para aquela unidade de execução. A questão é muito clara. É que trata-se, cada vez mais, de um plano de pormenor suspenso e depois, novamente, suspenso e, entretanto, as coisas vão-se desarticulando

e a cidade, e esta Assembleia não conhece, exatamente, qual é a intenção da Câmara e qual é o caminho que a Câmara quer prosseguir, com todo este processo.-----

----- Nós retiramos tudo isto aquilo que é uma ameaça muito forte sobre os bombeiros voluntários e sobre a sua futura sede, porque não basta dar uns baixos, umas lojas, aqui e ali, para resolver o problema é, de facto, necessário criar uma sede a sério, a sério, para uma entidade que não pode passar pelas vicissitudes, já outras entidades têm passado quando ficam com problemas de sede, ou sem a própria sede. Portanto, a Câmara só deveria era de esclarecer tudo isto de uma forma a séria e deveria de rever, realmente, toda esta situação a favor da criação de habitação a custos controlados e não uma série de edifícios altos, com habitação cara, cada vez mais cara, para esta cidade, onde a sua população é cada vez mais afastada, e mais prejudicada. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Portanto, quanto a esta proposta, a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas da suspensão do plano parcial de pormenor das Amoreiras, aquilo que nos apraz dizer é que, neste caso, e nos planos em concreto, muitas vezes é necessário ponderar, devidamente, aquilo que estamos a fazer, e ponderar, devidamente, as alterações que vão surgindo ao longo do tempo, ou seja, é usual que ao longo do tempo que vai decorrendo, surjam novas necessidades, novos requisitos, que têm que ser avaliados, têm que ser pensados, têm que ser ponderados para tomar as melhores decisões para que os planos sejam, depois, verdadeiramente, eficazes e não apenas uma resposta a qualquer coisa que, depois, não vai acontecer. -----

----- E, portanto, e bem foi isso que a câmara pediu, no fundo, pediu esta prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas para que nada vá ocorrer que depois, coloca em causa o plano que tem de ser feito, tem de ser eficaz e que tem que ter, obviamente, o devido enquadramento. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, quero só dar um esclarecimento rápido. -----

----- Creio que há um equívoco relativamente à questão dos bombeiros voluntários. A questão dos bombeiros voluntários já está resolvida, estava aqui, aliás, a pedir o número da proposta, através da Proposta nº 482/2015, que aprova a celebração do contrato-promessa de constituição do direito de superfície com a associação humanitária de Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, sobre uma parcela de terreno situada na Rua José Gomes Ferreira, nas Amoreiras, e atribuir à associação uma compensação pecuniária. O que aconteceu foi aquando do processo, que os Senhores Deputados se devem recordar, de entrega à EPAL, do terreno que era da EPAL, de um processo que estava pendente na Câmara, dos anos 50, que foi entregue salvo erro, no final, salvo erro não, de certeza, no final de 2014, foi necessário proceder, os bombeiros estavam numa parcela desse terreno municipal que era

necessário entregar à EPAL, e foi feito, na altura, uma negociação global com os bombeiros em que se fazia, já, esse acerto, fazia-se já essa entrega, fazia-se já a demarcação do que era a área necessária para passar a rua, o novo arruamento que dará, que será necessário depois do empreendimento da EPAL, e foi constituído este contrato promessa em que transita as instalações definitivas do quartel de bombeiros, precisamente, para o outro lado da rua, utilizando o património municipal, isso foi alvo de um acordo e de um direito de superfície constituído, em 2015, pela Câmara. -----

----- Eu posso pedir à Senhora Presidente, tem aqui o número de referência da proposta que é a 482/2015, por isso, não percebo qualquer preocupação, qualquer questão, sobre essa matéria.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Nós não temos mais pessoas inscritas, nesta matéria. Sendo assim, chamo a vossa atenção para a Proposta nº 1/CM/2017, há uma gralha no segundo considerando, a deliberação que, aqui, vem registada no segundo considerando está um número errado, é a deliberação nº 281/AML/2014, de 6 de novembro. Portanto, eu peço aos serviços para fazerem esta retificação, é uma retificação material, e quando mandarem o processo de volta, têm de chamar a atenção do DAOSM que tem de fazer a correção deste considerando. -----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira há um problema de incompatibilidade, portanto, está impedido de participar nesta votação porque pertence à Associação dos Bombeiros Voluntários. -----

----- Sendo assim, a Mesa vai pôr à vossa consideração a **Proposta nº 1/CM/2017**. Votos contra do BE, CDS-PP, PAN e MPT, abstenções do PCP e do PEV, votos a favor do PS, PSD, PNP e 6IND. A **Proposta nº 1/CM/2017** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Agora, vamos entrar na **Proposta nº 54/CM/2017**. -----

----- **PONTO 4 - PROPOSTA 54/CM/2017 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 7 DO ARTIGO 112.º E DO ARTIGO 241.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, DO ARTIGO 49.º DO REGIME JURÍDICO DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL, APROVADO PELA LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, ALTERADO NA SUA REDAÇÃO PELA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, E AINDA, DOS ARTIGOS 99.º E 135.º E SEQUINTE DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 54/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou:-----

----- “Não sei se alguém da Câmara quer fazer a apresentação? É uma alteração relativamente simples, trata-se apenas, de propor que o pagamento das taxas devidas pela regularização possa ser feito em prestações, e não tudo de uma vez. -----

----- Isto já foi apreciado na Comissão, a Relatora Senhora Deputada Irene Lopes, pergunto se quer fazer a apresentação do parecer? Prescinde da apresentação do parecer. -----

----- Vamos, então, pôr à votação a **Proposta nº 54/CM/2017**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 54/CM/2017** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Ainda temos, como obrigatoriamente, tínhamos que ter o debate de atualidade no primeiro ponto, as atas ficaram para o fim, temos uma ata para aprovar que é a Ata nº 132 que tinha umas pequenas gralhas que já foram, devidamente, identificadas e corrigidas. E portanto a Mesa vai pôr à vossa votação a **Ata nº 132**, de 14 de fevereiro., e depois, porei a **Ata nº 133**, do dia 21 de fevereiro. -----

----- Vamos pôr à votação a **Ata nº 132**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata nº 132** foi **aprovada por unanimidade**. Não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes, neste dia -----

----- Passamos à **Ata nº 133**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata nº 133** foi **aprovada por unanimidade**. Não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes, neste dia. -----

----- (De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 132 e 133, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 132, Sessão Extraordinária, realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), Augusto Gama Albuquerque (PS), Diogo Feijóo Rodrigues (PS), Ricardo Saldanha (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS) Maria João Bernardino (PS), Ama Margarida Mota (PS), Duarte Carreira (PS); João Magalhães Pereira (PSD), Ana Páscoa Baptista (PCP), Fábio Sousa (PCP) Romão Lavadinho (PCP), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Floresbela Pinto (IND), João Freire Andrade (CDS-PP) e Luis Lucas Lopes (PNPN). -----

----- Ata n.º 133, Primeira Sessão Ordinária – Primeira Reunião, realizada em vinte e um de fevereiro de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Gama Albuquerque (PS), Maria João

Bernardino (PS), Ana Margarida Mota (PS), Duarte Carreira (PS), Maria Sofia Cordeiro (PS), Pedro Delgado Alves (PS), João Magalhães Pereira (PSD), Victor Gonçalves (PSD), Fábio Sousa (PCP), Carlos Silva Santos (PCP), Fernando Nunes da Silva (IND), João Freire Andrade (CDS-PP) e Luis Lucas Lopes (PNPN)). -----

----- Agora, sim, retomamos a **Proposta nº 754/CM/2016**. -----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA 754/CM/2016 – PERMUTA DO PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA DO ARCO DA GRACA, NÚMEROS 6 A 12, PELO PRÉDIO PARTICULAR SITO NA AVENIDA 24 DE JULHO, NÚMEROS 108 A 108A, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 754/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou: -----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado ainda não chegou, pergunto ao Senhor Presidente como é que quer fazer? O Senhor Presidente faz a apresentação da proposta? -----

----- Senhor Presidente isto é uma grelha curta, a apresentação tem previsto apenas um minuto. Depois, entrará nos seus três minutos para concluir a apresentação.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, sendo uma grelha muito curta, eu posso usar o meu tempo para as respostas para ser mais eficaz? Pode ser mais eficaz usar todo o meu tempo nas respostas, não fazer a apresentação, que ela é já conhecida, e depois responderei no final. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “É perfeitamente possível. -----

----- Pergunto agora, o Relator foi o Senhor Deputado, da 1ª Comissão, o Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo, e da 3ª Comissão foi o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves. Pergunto ao Senhor Deputado Hugo Lobo, não o vejo, para apresentar o seu relatório. -----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Vítor Gonçalves se quer apresentar o relatório da 3ª Comissão sobre esta proposta? O Senhor Deputado prescinde. -----

----- Então, vamos entrar na discussão da presente proposta que tem, aqui, matéria para ser discutida. Vamos a isso. -----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra tem tempo cedido pelo PAN e pelo MPT.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----
----- Em primeiro lugar, o Partido Social Democrata está perfeitamente consciente da importância que este edifício vai ter para o melhoramento do Museu Nacional de Arte Antiga e para a sua ligação à Avenida 24 de Julho. Entendemos que é uma peça fundamental para este programa e, evidentemente, absolutamente, necessária para o melhoramento de toda aquela zona. -----
----- O que nós não conseguimos entender, foi o processo que levou a esta proposta de valores que a Câmara apresenta, neste momento. E, por isso, eu pergunto ao Senhor Presidente, é, ou não, verdade Senhor Presidente que, no dia 19 de agosto de 2014, uma Comissão constituída pelo Diretor Municipal do Urbanismo e pelo Representante da GPC, Senhor Arquiteto Flávio Lopes respondeu negativamente ao pedido de construção nova, para o local, dizendo o seguinte: *‘Aqui só se pode realizar uma operação urbanística com as seguintes características: o novo edifício só pode ter dois pisos de elevação e sótão. A abertura de caves é desaconselhada pela particular, condição do terreno adjacente e, também, por causa do muro de suporte da plataforma onde se situa o Museu Nacional de Arte Antiga’*.-----
----- Posto isto, o edifício foi posto à venda por cento e sessenta mil euros, a Câmara não exerceu o seu direito de preferência, nem tão pouco, a Direção Geral do património Cultural. -----
----- Acontece que, exatamente, seis meses depois, seis meses depois, a mesmíssima Comissão composta pelo Senhor Diretor Municipal e pelo Senhor Arquiteto Flávio Lopes, dão luz verde a uma construção com as seguintes características: cinco pisos acima da cota de soleira e dois pisos em cave. -----
----- Espantosamente, a Direção Municipal do Património com base neste projeto que não está provado, porque está à espera da aprovação das normas, leva a hasta pública pelo valor de 857500 euros, ou seja, sem qualquer justificação, aqui dentro, sem que qualquer plano tenha sido aprovado, em seis meses, este terreno passou a valer mais 697 mil euros. Evidentemente, que isto precisa de uma explicação, e este valor tem que ser muito bem explicado para que nós o possamos aprovar. -----
----- Eu presumindo que, em princípio, nós não temos direito ao contraditório, aproveito para adiantar, desde já, o seguinte: -----
----- Eram dois edifícios, um atrás do outro, e agora é um único edifício. Mas a verdade, é que este edifício com cinco pisos tem uma empena que, aliás, excede o PDM e, portanto, tem uma área muitíssimo superior à anterior. -----
----- Dir-me-ão, também, que a autorização para duas caves está condicionada ao acompanhamento de um técnico. Bom, isso podia constar, também, da condição da licença do primeiro projeto. E, portanto, independentemente, da questão de nós considerarmos que este edifício é fundamental para a cidade, o que é absolutamente, necessário para o PSD é que a Câmara justifique de um modo muito claro e

inequívoco, porque é que em seis meses este edifício passou de 160 mil euros para 857 mil euros? -----

----- Muito obrigada e aguardamos os esclarecimentos cabais para podermos votar favoravelmente, esta proposta.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, de novo, Senhora Presidente.-----

----- Sobre esta Proposta nº 754/2016 referente à permuta do prédio municipal sito na Rua do Arco da Graça nºs 6 a 12, pelo prédio particular sito na Avenida 24 de Julho nºs 108 a 108-A, “Os Verdes” recordam o seguinte:-----

----- Em primeiro lugar, a proposta é omissa quanto à notificação tanto da CML, como da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), para o exercício do direito de preferência em 2014. A CML e o Estado gozavam do direito legal de preferência na aquisição do imóvel em causa, sendo que o preço de aquisição no caso do Município de Lisboa seria de 160.000 €. Tanto a CML como a Administração Central entenderam, na altura, não exercer o direito de preferência que lhes assistia.-----

----- Em segundo lugar, desde 2010/2011 que se tem vindo a abordar a questão e a necessidade de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, virando-o para o rio e ligando-o à Avenida 24 de Julho. Segundo refere a DGPC, “a solução passaria por relançar o estudo de ampliação do Museu com ligação à Avenida 24 de Julho, criando novos acessos, locais de acolhimento e circulação, áreas de exposição, áreas comerciais e de serviços, aproveitando a oportunidade dada pelo novo quadro comunitário”.-----

----- Em terceiro lugar, “Os Verdes” consideram deveras intrigante que a CML prossiga uma política de permuta do património municipal, visando substituir-se à obrigação que cabe ao Estado na aquisição, permuta ou expropriação do prédio particular sito na Avenida 24 de Julho nºs 108 a 108 A, para efeitos de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga.-----

----- Como afirmou o Senhor Vereador em Sessão de CML, tratou-se de “um processo negocial duro, porque os proprietários eram exigentes e sobrevalorizaram a sua propriedade”. Pergunta-se: foi ou não devidamente salvaguardado o interesse público? E porque vai a CML substituir-se às responsabilidades da Administração Central?-----

----- Para o PEV, estas questões em concreto nunca foram objeto de análise no âmbito das reuniões das, 1ª e 3ª, Comissões Permanentes desta AML, não sendo compreensíveis as razões porque a Administração Central e a própria CML não exerceram o direito de preferência que lhes assistia, no âmbito desta alienação realizada no segundo trimestre de 2014.-----

----- Em suma, entende o PEV que todos os aspetos referidos devem ser reavaliados por uma nova e melhor ponderação, merecendo esclarecimentos adicionais, a bem da total transparência que todo este processo e o interesse, e o erário público, requerem. --

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----
----- Porque tenho pouco tempo e, também, para facilitar a compreensão da exposição, trouxe uns desenhos. -----
----- O prédio que a Câmara se propõe permutar com esta proposta é aquele que vemos ali mais baixo, na parte de baixo do Museu Nacional de Arte Antiga, depois está ali, ampliado daquele lado. É bom que se perceba, e o próprio Museu Nacional de Arte Antiga o entende, assim, que a expansão do museu não se faz, apenas, com este prédio. Portanto, é absolutamente claro desse ponto de vista, que é preciso mais do que aquele prédio, nomeadamente, toda esta frente de prédios que veem nesta fotografia. --
----- O primeiro ponto que vos queria falar é sobre a razão desta proposta. Ela existe porque é necessária à expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. E o mais importante, o mais relevante neste processo para o compreendemos, é tentarmos saber desde quando é que a Câmara Municipal de Lisboa sabe desta necessidade de expansão? -----
----- Nós fizemos um requerimento à Câmara e a Câmara respondeu-nos, e disse-nos, nessa resposta, que desde 2010-2011, já sabia, tinha contactos que o museu que era necessária esta expansão, e que a expansão era feita para aquele lado. Mas mais interessante do que isso, é que no dia 28 de Março de 2014, atentem a esta data, o Senhor Vereador Manuel Salgado, numa conferência promovida pela Associação da Hotelaria de Portugal diz, claramente, isto e passo a citar; *‘Há uma solução para resolver os problemas de acessibilidade do museu que pode ser um ovo de colombo, ou seja, encontrámos a solução e ela passa por criar um acesso, a partir da Avenida 24 de Julho, demolindo dois edifícios e virando o museu para o rio’*. Portanto, a expansão é precisa, é necessária, e nós sabemos como é que a fazemos, é com aqueles edifícios que estão ali, e que vocês viram na primeira fotografia. -----
----- A questão é que catorze dias depois, no dia 11 de Abril de 2014, catorze dias. Não foram seis meses, não foram oito meses, não foi um ano, foram catorze dias depois, a Câmara Municipal de Lisboa recebe uma carta dos proprietários deste prédio a dizer que querem exercer o direito de preferência, catorze dias depois. E não foi um prédio na Penha de França, ou na Ameixoeira, foi um prédio que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha dito catorze dias antes, é ali que se resolve o problema da expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. Catorze dias depois, recebe uma carta e diz: *‘Aqui está o prédio, 160 mil euros, querem exercer o direito de preferência?’* E a Câmara Municipal de Lisboa diz: *‘Não, não queremos exercer o direito de preferência’*. E respondeu-nos a nós, a dizer que a razão é que não exerceu o direito de preferência porque não havia razão que o justificasse. -----
----- Mas mais importante do que isso, e quero a vossa atenção para isso, é como as condições para o negócio desta permuta, como é que propõe a Câmara Municipal de Lisboa que se faça este negócio e que vocês devem aprovar, já de seguida. A Câmara Municipal de Lisboa pede três avaliações externas, e uma interna dos serviços. Estão

ali, as três externas e uma interna dos serviços, estão ali; 424, 830, 652 e uma avaliação interna que são os próprios serviços da Câmara Municipal de Lisboa a fazer.

----- Depois, os proprietários apresentam outra 1.000.038 curiosamente, mais do dobro do que uma das avaliações externas feitas, pedidas pela Câmara Municipal de Lisboa e depois, curiosidade, não é feita uma média aritmética entre as cinco, não. A Câmara faz uma média entre as suas quatro e, depois, com esta média faz uma nova média quando o proprietário, ou seja, o proprietário que tem uma avaliação vale 50% neste processo, e vocês percebem, não é preciso fazer grandes contas matemáticas que é a avaliação do proprietário que é preponderante na subida do preço. E o resultado final só os 857 mil euros que a Câmara Municipal de Lisboa, agora, nos propõe. -----

----- Mas qual é o problema desta avaliação? E, aqui, é o fundamental desta proposta, e eu quero toda a vossa atenção, porque quem votar favoravelmente esta proposta está a cometer um imenso erro. -----

----- Esta proposta, esta avaliação, é feita com base num erro, um erro propositado de sobrevalorização deste imóvel. Todas, todas as avaliações são realizadas com o pressuposto de que havia uma viabilidade de construção do hotel de 4 estrelas, mas é mentira, não é verdade, não pode ser feito ali, um hotel de 4 estrelas. Porquê? Porque os proprietários perguntaram se podiam fazer e a Câmara Municipal de Lisboa disse não, não podem fazer. Foi exatamente isso que nos disseram no requerimento que nos responderam e, portanto, deu parecer desfavorável, no dia 21 de Abril de 2015. Não pode ser feita uma avaliação. Avaliar aquele prédio, como sendo possível fazer um hotel de 4 estrelas é a mesma coisa que dizer que, em vez de 200 metros quadrados, ele tem 4 hectares, é o mesmo erro, é sobrevalorizar um imóvel que não tem aquele valor e, portanto, estamos a cometer um imenso erro se votarmos favoravelmente esta proposta. -----

----- Mas quero-vos falar sobre o problema fundamental que será aprovar esta proposta que está errada, e que não corresponde à verdade. O problema fundamental é que todos nós, julgo eu, nesta sala, querem a expansão do Museu Nacional de Arte Antiga, mas quem votar a favor desta proposta está a inviabilizar essa expansão, porque a expansão não se faz, como já nos disse, várias vezes, publicamente, e na comunicação social, o Diretor do Museu, não se faz com aquele prédio, faz-se com toda aquela frente e, portanto, se todos os proprietários que estão ao lado daquele prédio se pedirem dez milhões, quinze milhões, vinte milhões de euros de preço, ou o Senhor Presidente Fernando Medina passa um cheque com o vosso voto favorável, ou não há expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. Portanto, esqueçam a melhor forma de inviabilizar a expansão do Museu Nacional de Arte Antiga para 24 Julho, que é a única forma de expandir, e que muito bem nos disse o Senhor Vereador Manuel Salgado, naquela Conferência de março de 2014, é votarem favoravelmente esta proposta e não existirá nunca uma expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. -----

----- Portanto, quem votar, hoje, favoravelmente esta proposta está a prejudicar o interesse público que a Câmara Municipal de Lisboa está a prejudicar a cidade, porque está sobrevalorizar o imóvel que não corresponde à realidade, mas sobretudo está a prejudicar o Museu Nacional de Arte Antiga.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu aguardo uma informação relativamente à questão que a Deputada Margarida Saavedra colocou, e que, ainda, lhe darei antes do fim da questão, mas quero responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, e diretamente, ao Deputado Ricardo Robles. -----

----- Senhor Deputado Ricardo Robles, eu com franqueza, não o entendo o ângulo do Senhor Deputado relativamente a esta matéria e acho, aliás, completamente a despropositado e disparatado o alvo que escolheu, se me permite que lhe diga. -----

----- O Museu Nacional de Arte Antiga é da Administração Central, é do Ministério da Cultura, é do Estado. E o Senhor Deputado tem um discurso para a Câmara Municipal de Lisboa como se isto se tratasse de um edifício nosso, de uma obra nossa, de uma decisão nossa, de uma responsabilidade nossa, e o Senhor Deputado, ainda, não se deu ao trabalho de inquirir, já lá irei Senhor Deputado, já lá irei a tudo, aliás, eu já falei várias vezes sobre este assunto, aqui. Já mais do que uma vez, por outras razões. O Senhor Deputado ainda, não se deu ao trabalho de pensar como é que isto chegou aqui, a esta situação. E o que eu já mais do que uma vez chamei, aqui, a atenção, é que o Ministério da Cultura que tem o Museu Nacional de Arte Antiga que tem as suas ideias, os seus projetos, as suas intenções, as suas responsabilidades, não exerceu o direito de preferência, que é prioritário ao da Câmara, sobre o edifício, não exerceu. O Senhor Deputado contou uma história, omitindo o facto fundamental, Senhor Deputado posso-lhe pedir a sua atenção, por favor. É que o Senhor Deputado começa a contar a história a meio da história. -----

----- Quer perguntar-me; então quando é que a Câmara entra no processo? A Câmara entra no processo quando nós nos apercebemos que o Ministério da Cultura não tinha exercido este direito de preferência na compra. E o Senhor Deputado diz; então e a Câmara também, não exerceu? Claro que não exerceu. A Câmara não exerceu até porque nós não sabíamos, não era da nossa responsabilidade, não era da nossa matéria e nós não tínhamos razão, nós não tínhamos sequer no radar este prédio para exercer o direito de preferência. E, por isso, o Senhor Deputado consegue contar esta história, omitindo um dado fundamental, que é o dado fundamental é que toda esta matéria e todo este dossier é da responsabilidade da Administração Central, do Estado, que não exerceu o direito de preferência, que não apresentou o projeto, que não cuidou do seu futuro e, aliás, verdade seja dita, eu já aqui o afirmei da responsabilidade do anterior Governo e do anterior Secretário de Estado relativamente a esta matéria. Aliás, é um pouco a mesma história do Palácio da Ajuda. E depois vem dizer que ‘nós também tínhamos umas ideias’, tinham umas ideias mas não fizeram, rigorosamente, nada, sequer para assegurar o património e o futuro para dizermos: não, no meu momento histórico não vou concretizar estas ideias, mas há mais vida para além do mandato, o Estado mantém-se, o Museu Nacional de Arte Antiga vai-se manter por séculos e por isso, temos que acautelar o futuro. A Administração Central falhou. -----

----- Diz o Senhor Deputado; *‘não, a partir do momento que o Vereador Manuel Salgado diz que tinha descoberto um ovo de colombo para a solução, a Câmara sabia, a Câmara assumiu, isto era um problema da Câmara’*. Senhor Deputado, eu

posso-lhe dizer, aqui, ou melhor, vou poupá-lo a quantos ovos de colombo eu consigo ter sobre a gestão da cidade sobre matérias que não são pura e simplesmente, da minha responsabilidade. Olhe, eu tenho um ovo de colombo relativamente à questão da linha de Cascais, eu tenho um ovo de colombo, posso-lhe contar, se estiver interessado, sobre o transporte público na A5, tenho um ovo de colombo sobre a expansão do metro na cidade de Lisboa, eu tenho imensos ovos de colombo, não me faltam ideias, sobre matérias, umas da Câmara, outras são da responsabilidade da Administração Central. A partir do momento que eu digo que tenho um ovo de colombo para a expansão do Museu de Arte Antiga o problema é meu? Senhor Deputado, desculpe, isso é inventar, inventar uma história, tirar por completo, inverter as responsabilidades do que é que, aqui, se passou. O que aqui se passou foi uma questão muito simples, que o Senhor Deputado, aliás, é surpreendente como é que desvaloriza. É que a Câmara Municipal de Lisboa, pensando estrategicamente, mais estrategicamente que o Ministério da Cultura, a época, interviemos para acautelar o futuro da expansão de uma infraestrutura importante para a cidade, e o Senhor Deputado podia dizer, essa crítica era legítima, olhe, não o devia ter feito, não se devia ter preocupado com o assunto, não era assunto da Câmara de Lisboa. Aceito essa crítica, é um ponto de vista, não é o meu, mas nós só interviemos porque o Ministério da Cultura não interveio, naquela altura. E, por isso, tudo o resto que o Senhor Deputado, e essa história toda que o Senhor Deputado omite, é pura e simplesmente, falsear a história e a verdade dos factos do que aquilo que aconteceu. É que nós interviemos, em último recurso, porque a entidade responsável por acautelar o futuro da expansão do Museu Nacional de Arte Antiga, não o fez. -----

----- Segunda questão, que é a questão do valor, porque isto é feito. -----

----- Senhor Deputado, a Câmara de Lisboa, eu aceito, também, a crítica que a Câmara de Lisboa agiu de forma mais célere, e mais intensa, do que o próprio Estado no projeto nacional do Museu de Arte Antiga, eu posso aceitar essa crítica e se o Senhor Deputado quiser que a Câmara revogue as medidas suspensivas, e deixe de licenciar a instalação hoteleira, como o plano o prevê, eu aceito essa proposta, porque essa é uma proposta razoável, que é dizermos assim; bom, o Estado um dia que expanda o museu, o Estado que assuma as responsabilidades da expansão do museu, exproprie tudo, não exproprie nada, faça como quiser. Esta é uma atitude possível. Isto não é um problema da Câmara, é um problema do Estado. Agora, o Senhor Deputado não pode fazer aquilo que está a fazer que é dizer que nós não estamos a ser corretos sobre a forma como estamos a agir, porque estamos, sabe porquê, Senhor Deputado? Porque a questão é que era possível construir, ali, um hotel. Nada impedia a construção, ali, de um hotel. E quando o particular coloca o pedido na Câmara, quando o particular pede o pedido de licenciamento, o particular tem o direito a essa construção. E se nós o fôssemos expropriar, o valor que nós pagaríamos era esse valor muito semelhante àquele que estamos a pagar, eventualmente, até mais alto do que aquele que estamos a pagar. Era Senhor Deputado, era. Porque a verdade é que a medida suspensiva acabará, Senhor Deputado, eu acho notável, é que o Senhor Deputado como é que acha que nós podendo pagar menos, pagamos mais, terá uma matéria que não é da nossa

responsabilidade, não pagamos, porque se nós expropriássemos pagaríamos, porque Senhor Deputado, no momento em que a medida cautelar caducar, e ela caducará e não há razão para ela se prolongar interminavelmente, no tempo, e mesmo com o prazo que a ela foi aprovada, que foi depois da intenção do particular, e durante a vigência, menos de dez anos, da vigência do plano que está, neste momento, em vigor, o particular tem direito àquela construção, ali. Senhor Deputado, lamento dizer-lhe, mas é assim. -----

----- Agora, se o Senhor Deputado tem a ideia de que nós olhamos para ali, há um particular que pretende avançar dentro de acordo com a lei com um determinado plano, nós vamos a seguir, no dia a seguir, aprovamos uma medida cautelar e dizemos, olhe, desculpe lá que isto vale zero, não, Senhor Deputado, isto não é o Estado de Direito, em Portugal. Ninguém funciona assim, e ainda bem que um Estado de Direito não funciona, assim. É isso que, aliás, dá garantia, na casa do Senhor Deputado, que não lhe aconteça de a Câmara, de um dia para o outro, aprovar uma medida cautelar e chega à sua casa e o Senhor Deputado não a pode vender. Não o pode fazer, e quando expropriarmos, pagaremos o valor de mercado por ela. E o valor de mercado por ela é calculado de acordo com aquilo que poderia ter sido à época que., aliás, ele meteu o pedido na Câmara. -----

----- Senhor Deputado, eu aceito, como lhe digo, eu aceito que o Senhor Deputado diga: *'Olhe, a Câmara que não se meta nisto. Não preveja o futuro, não se meta nisto'*, mas então, o Senhor Deputado para ser coerente, proponho uma coisa, e digo-lhe que nós acompanhamos a sua proposta, que é a revogação da medida suspensiva, as medidas preventivas, a revogação das medidas preventivas, e a aprovação do licenciamento como é pedido. Pronto, acabou a questão. E aí, remetemos o problema para o Estado Central, e o Estado Central depois vê. Agora, garanto-lhe uma coisa, é que quando chegar a fatura ao Estado Central, ela vai ser mais alta do que esta que está, aqui. E se o Senhor Deputado acreditar naquilo que eu digo, aprova esta proposta. Porque o que eu lhe estou a dizer é que esta fatura é mais baixa do que aquela que nós pagaríamos por uma expropriação, e do que aquela que o Estado Central pagará numa expropriação. É Senhor Deputado, é mais baixa. -----

----- E, por isso, nós fizemos isto, nós fizemos esta decisão, como lhe digo, esta decisão não se trata de nenhuma decisão de urgência da Câmara de Lisboa, esta decisão não se trata da concretização de nenhum a programa definido pelo Município de Lisboa, esta decisão foi tomada num âmbito, foi que nós vimos a inoperância da Administração Central, que estava a deixar consolidar uma situação no terreno e que, por inação, ia dificultar um projeto que eu acho que todos concordamos, e o Senhor Deputado disse que concordava, com um projeto que é a expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. E quando nós vimos que a Administração Central fraquejou, e não foi capaz de fazer a proteção do interesse público em tempo adequado, nós agimos de forma a melhor acautelar essa defesa do interesse público. Agora, não me sujeito à crítica, Senhor Deputado, porque se o Senhor Deputado quer ser coerente consigo, quer ser coerente com o que diz, proponha a revogação da medida e proponha o licenciamento nos termos que o particular, tiver direito, porque isso é o que é ser

consequente. Agora, não aceito a crítica, porque ela não é justa, é profundamente injusta sobre a crítica que é feita de que a Câmara não está a agir na defesa do interesse público, porque o está a fazer, e está a fazê-lo numa defesa da projeção do futuro da Cidade de Lisboa, colmatando uma lacuna da Administração Central do Estado, nesta matéria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Eu não sei se, relativamente às questões suscitadas pela Senhora Deputada Margarida Saavedra, se o Senhor Presidente quer dar algum esclarecimento adicional?

----- Senhor Presidente, eu estou a lembrar que a Senhora Deputada Margarida Saavedra tinha pedido esclarecimentos para determinar a posição de voto do Partido Social Democrata, e eu pergunto se o Senhor Presidente está em condições de dar esses esclarecimentos? -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, tenho condições em dar alguns esclarecimentos, eu poderei fazer chegar à Senhora Deputada Margarida Saavedra toda a cronologia de todos os pedidos que são colocados, mas a informação que eu tenho é a seguinte: -----

----- No dia trinta e um de janeiro de 2014, no processo 89/EDI, entra um processo que é um hotel de 4 estrelas, com a demolição e construção do edifício de cinco pisos acima da cota de soleira e dois em cave. -----

----- No dia oito de setembro de 2014, informação desfavorável por parecer negativo do turismo, turismo. -----

----- No dia vinte e três de dezembro de 2014, particulares apresentam alteração ao hotel de 4 estrelas, com três pisos acima da cota de soleira, mais um sótão, e à dos serviços propostos para revogação favorável, por parte dos serviços, no dia 23 de dezembro de 2014. -----

----- E é esta a informação que tenho para lhe dar, por isso, do ponto de vista urbanístico, o projeto é dado, pelos técnicos, como passível de aprovação, no formato de três pisos acima do solo, hotel, 4 estrelas, três pisos acima da cota de soleira, no dia 23 de dezembro de 2014.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu sei o que o Senhor Presidente está a dizer, e concordo. -----

----- A minha pergunta é muito simples, é só esta, é porque é que a dezanove de agosto de 2014, o então proprietário tinha direito a dois pisos acima do solo e nenhuma cave?

----- A minha pergunta não é o que está aprovado, agora. Aliás, não está aprovado. Porque além disso, tem uma empena acima do que o PDM permite, e está sujeito à aprovação das normas, isso eu sei. O que eu lhe pergunto é porque é que é isto, agora? E porque é que em dezanove de agosto de 2014, antes do prédio ter sido vendido, o então proprietário tinha direito, apenas, a dois pisos e nenhuma cave? É isto que eu gostaria que o Senhor Presidente explicasse. Porque não houve alteração do PDM, não

houve alteração de regulamentos. O que houve foi uma alteração do parecer desta Comissão. E é isso que eu queria saber. -----

----- O Senhor Presidente tem toda a razão, em caso de expropriação, evidentemente, que é a edificabilidade que lá está. Eu quero saber é porque é que a edificabilidade mudou em seis meses? Isso é que eu queria que me explicasse, Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, se quer colocar a questão de que a Câmara deve ser o ator neste processo, ou não, nós achamos que sim, e o Senhor Presidente também acha que sim. Mas fazendo parte do processo, tem que tomar uma decisão, primeiro, real, correspondente à verdade e objetiva. E o problema é que, quem comprou este prédio foi-lhe dada informação de que podia fazer um hotel de 4 estrelas e depois, quando o foi comprar e deu direito de preferência à Câmara, a Câmara deu um ano e quatro meses depois, a informação de que não podia fazê-lo. Esse é um dos problemas, e este problema foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, agora a Câmara está a tentar resolver o problema de uma maneira errada, e nós conhecemos bem o processo, e nós sabemos qual é o valor da expropriação ao centímetro, e o Senhor Presidente também sabe, e sabe que não é este valor que está a propor. E eu na sua intervenção não ouvi uma palavra sobre a questão fundamental. -----

----- Temos em cima da mesa uma proposta que tem avaliações, e essas avaliações estão erradas, não correspondem à realidade, são falsas, não correspondem ao imóvel que lá está. Corrobora isto, ou não? Admite que estas avaliações não correspondem à verdade, sim, ou não?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, tenho de ser muito claro, o Senhor Deputado Ricardo Robles está a mistificar, de novo, a história. Está a mistificar. O que o Senhor Deputado está a criar a história de que a Câmara dá uma edificabilidade e, depois, expropria tendo uma informação anterior de que já ia precisar do prédio. Não, Senhor Deputado, isso é uma falsidade, e eu não lhe admito isso. Isso é falsidade. E tanto é falso, Senhor Deputado, e tanto é falso, e sabe porque é que é falso? Senhor Deputado, aconselhava-lhe prudência. Sabe o que é que era? Era algo de bom senso. A DGPC deveria ter exercido o direito de preferência, antes da Câmara. E não o exerceu. Não, não é, sabe porquê? Porque se trata da expansão do Museu Nacional de Arte Antiga. --

----- O Senhor Deputado quer ficar de bem com tudo. O Senhor Deputado quer dizer que a Câmara deve assumir um papel que o Estado não assumiu, resolve aí o problema, e depois diz que a Câmara está a executar mal o seu papel. Eu já lhe propus uma coisa que já é mais de acordo com o que o Senhor Deputado quer. Acha que a Câmara está a proceder mal, então tem uma proposta mais coerente, diga que quer a revogação da medida preventiva e a Câmara licencia o hotel. E acabou o problema da proposta. -----

----- Sem dúvida, sobre a questão da proposta, se levanta dúvidas sobre qualquer aspeto de verdade, ou idoneidade, sobre a proposta, tenha a coragem de assumir isto, que é um levantamento da medida preventiva e a Câmara licencia. -----

----- É que o Senhor Deputado é hábil a jogar nas palavras, mas ao jogar nas palavras, joga na falsidade.-----

----- A Câmara quando o particular adquire o imóvel não sabia, nem tinha de saber, do processo de expansão...-----

----- Senhor Deputado, sabe quantos direitos de preferência passam, por dia, na Câmara Municipal de Lisboa? Sabe quantas centenas de processos e de ideias, há sobre projetos de desenvolvimento na Cidade de Lisboa? -----

----- O Senhor Deputado pede que em tudo o que nós temos que fazer, que nós nos preocupemos, à cabeça, em preservar uma coisa que a própria entidade responsável, que é o Estado e o Ministério da Cultura, não se preocupou, e nós temos de o pôr à cabeça? Senhor Deputado, desculpe, isso é má-fé política, má-fé política. -----

----- A Câmara Municipal não errou, não errou em nenhum momento. Não, Senhor Deputado, a Câmara Municipal não errou em nenhum momento, neste processo. -----

----- Eu aceito uma crítica, mas o Senhor Deputado tem a opinião de dizer que a Câmara Municipal, dada a situação consolidada, que nós não deveríamos estar a proteger esta expansão do Museu de Arte Antiga. Eu aceito isso, aceito isso. Mas então, seja consequente com isso, seja consequente com isso, levante a medida preventiva e não se faz a operação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “O debate está muito vivo.-----

----- Nem o BE, nem o Senhor Presidente, têm tempo. Só terão tempo se a Assembleia aceitar dar mais três minutos a cada uma das partes para terminar, porque, neste momento, já ninguém tem tempo. O CDS-PP dava tempo ao BE, de qualquer maneira, o Senhor Presidente já não tem tempo para responder. -----

----- Portanto, pergunto se mais alguém quer intervir, dentro desta condicionante? -----

----- Eu tenho a possibilidade do BE, se quiser intervir, o CDS-PP dá tempo, se quiser. Então, faça favor. -----

----- Agora tenho de pedir, ao CDS-PP, a mesma tolerância, ou ao PCP, para que o Senhor Presidente possa responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu acho que é inequívoco que todos queremos a expansão do Museu Nacional de Arte Antiga.-----

----- O BE tem uma proposta na mesa que garante isso, garante com este prédio e garante com os outros, porque a proposta do Senhor Presidente é que não garante isso. -----

----- Quem tiver um prédio encostado a estes, pedirá o que quiser porque se não o fizer, não há expansão do Museu Nacional de Arte Antiga.-----

----- Mas para terminar, e vou ser muito breve, o Senhor Presidente não foi capaz de admitir, e tem que admitir, que os documentos que estão anexos a esta proposta não

correspondem à verdade. E não podemos votá-los porque não correspondem à verdade, simplesmente, por causa disso. -----

----- Pode dizer que eu digo coisas falsas, mas o Senhor Presidente escreveu, tem aqui, na sua proposta documentos que não correspondem à verdade, avaliações que não correspondem ao que lá está. E isso, inviabiliza a votação desta proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente, o CDS-PP foi magnânimo, portanto, deu tempo às duas partes e tem, ainda, dois minutos se quiser usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu quero usar da palavra, primeiro, para responder à Deputada Municipal Margarida Saavedra sobre a questão que colocou, e a informação que tenho é que a alteração que aconteceu decorreu de resposta ao parecer negativo do turismo, e a nova alteração decorreu da negociação que houve entre o turismo e o promotor, e que ambas as versões estavam de acordo com o regulamento urbanístico. Não era uma questão urbanística, era uma questão associada ao turismo, com o turismo, admito com algum programa que estivessem a apelar. -----

----- Mas eu vou voltar à questão de fundo do Senhor Deputado Ricardo Robles.-----

----- Quero que fique muito claro, neste debate. A Câmara Municipal de Lisboa não tinha informação à data do exercício do direito de preferência, de que este era um imóvel de que nos interessaria obter. E não o tinha, e há de compreender porque não o tinha, porque a entidade competente para o fazer, não o fez, não o fez. E omitir isso da história é uma falsidade e é deturpar o papel da Câmara Municipal de Lisboa que agiu na defesa do interesse público, na defesa do interesse estratégico da cidade quando a Administração Central claudicou. E se o Senhor Deputado omite esta parte da história, está a omitir o fundamental desta história. Porque vir dizer que a Câmara agiu, mudando, já sabia, deixou consolidar uma situação de aumento de valor, peço desculpa, isso é de uma falsidade, é de uma calúnia para com os responsáveis municipais, e é uma injustiça para com aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa fez perante um ato da Administração Central. -----

----- E digo-lhe mais, Senhor Deputado, eu estou disposto, eu estou disposto, se o Senhor Deputado tiver a vontade, tiver tanta dúvida sobre a proposta, tiver tanta desconfiança sobre isto, tiver tanto desconforto sobre isto, eu estou disposto a propor, ao Partido Socialista que vote favoravelmente, uma recomendação do BE que suspenda as medidas preventivas e que aprove o licenciamento como está. Retira-se a Câmara Municipal do processo. Estamos dispostos a isso. E isto é para lhe dar com toda a clareza, toda a clareza. -----

----- Senhora Presidente, eu quero só concluir para ser inequívoco sobre isto.-----

----- A atuação que a Câmara teve, neste processo, foi a melhor possível a defesa do interesse público, da defesa do interesse da cidade, na salvaguarda desta possibilidade de expansão, relativamente à questão financeira, esta proposta é, pelo menos, tão boa como a proposta da expropriação, registo, pelo menos tão boa como a proposta de expropriação e, porventura, melhor do que a proposta de expropriação, e digo-lhe uma

coisa, Senhor Deputado, se alguém neste processo tem alguma razão adicional, se há duas entidades que têm razão adicional de queixa relativamente ao comportamento da administração, nesta matéria, são duas: uma, a Câmara de Lisboa, mas em primeiro lugar, os proprietários que há anos se veem impedidos de ter um quadro legal claro e poderem desenvolver o seu projeto, porque as instituições, nomeadamente, a Administração Central não tornaram claras as suas intenções para o local. -----
----- Muito obrigado. -----
----- Relativamente às avaliações, Senhora Presidente, para que fique registado...” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** interrompeu, referindo o seguinte: -----
----- “Senhor Presidente, tenha paciência, o Senhor Presidente tem que entender que eu tenho de ser equitativa com os Deputados e com a Câmara. -----
----- O Senhor Presidente já não tem tempo para intervir, eu lamento, mas já não tem tempo. O debate está muito interessante, mas o Senhor Presidente já não tem tempo. A menos que a Assembleia delibere prorrogar este tempo, eu não posso fazer outra coisa senão pedir-lhe que cesse o uso da palavra, imediatamente.” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu o seguinte:-----
----- “Senhora Presidente, peço dez segundos para um registo em ata. -----
----- Eu quero fazer o registo em ata de que tenho a confiança relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido pelos serviços, sobre as avaliações e sobre o processo que está em causa relativamente à permuta. E quero que fique registado em ata a minha confiança sobre os documentos e sobre a forma como o processo decorreu.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----
----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----
----- Eu peço desculpa, mas o papel da Mesa é este, eu não o posso fazer de outra maneira. Alguém protesta, ainda. Agora, é o PSD. O Senhor Deputado está a dizer que o Senhor Presidente usou mais tempo, portanto, o PSD também quer mais tempo, foram cerca de vinte segundos. Se a Senhora Deputada Margarida Saavedra quer usar os vinte segundos, não serei eu que lhos tirei.-----
----- Faça favor, use os vinte segundo que tem. Mas, jamais, ninguém lhe pode responder, como é evidente.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “O Senhor Presidente responde-me sempre com o último processo. Não fala do primeiro.-----
----- No primeiro processo foi dito à requerente e enviado pelos serviços, com o parecer do turismo, que podia construir dois pisos e nenhuma cave. Posteriormente, o turismo interveio, mas foi no segundo. E sabe o que é que aconteceu entre o primeiro e o segundo, Senhor Presidente? O prédio foi vendido. E é isso que eu quero saber, porque é que no primeiro disseram ao anterior requerente que só podia ter dois pisos e nenhuma cave? -----
----- O turismo tem toda a razão, mas isso foi no segundo, foi depois de ter passado de proprietário. O Senhor Presidente provavelmente, não sabe. Mas eu gostava de saber o

que é que aconteceu entre o primeiro e o segundo. O segundo meteu o processo, o turismo falou, foi visto, foi revisto, estamos todos de acordo. -----

----- Eu só quero saber porque é que o primeiro só tinha direito a dois pisos e nenhuma cave. E porque é que o segundo teve.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, já expôs o seu problema, já ninguém pode responder. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro que tem tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não íamos utilizar o tempo mas, Senhora Presidente, bom que esta discussão que teve. Eu acho que não deve passar muito para este terreno, digamos da discussão, aqui, nesta Assembleia. Deve haver um tom, um tom que é de esclarecimento, de serviço público. -----

----- O que nós queríamos dizer, eram duas coisas; a primeira é que o Governo anterior teve de facto, uma má política cultural, e abandonou o Museu de Arte Antiga, como abandonou todos os museus do país. É verdade, é verdade, e a prova provada é este caso, porque, e o Museu de Arte Antiga teve, até, tempos em que esteve, praticamente, encerrado e não tinha pessoal para funcionar. Esta é a realidade da política cultural do Governo anterior. -----

----- A outra questão é esta, os preços, entretanto, obviamente, na Cidade de Lisboa subiram. E do que se trata uma avaliação? Uma avaliação tem em conta a evolução dos preços. E se há especulação que é uma realidade na Cidade de Lisboa, atingiu este preço, só temos que lamentar e de pedir que o município faça o seu papel, que é, de certa maneira, travar aquilo que está a acontecer, não só com o território, mas, também, com as rendas, etc., e aqui é que tem que haver intervenção. -----

----- Em nosso entendimento, o alargamento do Museu de Arte Antiga é uma grande, tem uma grande qualidade para a Cidade de Lisboa. Já é tarde. E lembro-me, perfeitamente, do Vereador Manuel Salgado expor, aqui, essa ideia, não é um ovo de colombo, nós achamos, perfeitamente, ajustada, que era a expansão, de facto, para a Avenida 24 de Julho. Mas na altura, tratou-se de uma declaração, tratou-se apenas de uma consideração que, no fundo, podia ter alertado, digamos assim, o poder central, o que não alertou, porque o poder central estava, ao contrário, era interessado, se calhar, em passar rapidamente como agora, vem de novo a acontecer, de outra forma os museus para outras mãos. Mas isso é outra questão. -----

----- Portanto, estamos numa situação em que é bom para a cidade, o alargamento, a ampliação do Museu de Arte Antiga, é necessário, os fundos são diversos, não têm capacidade de exposição, toda a gente sabe isto e, portanto, abrir mais espaço ao Museu de arte Antiga. -----

----- Agora, o que é preciso é que o poder central e a Câmara Municipal tomem medidas em relação a outro território que possa haver, para maior expansão do Museu de Arte Antiga. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----
----- Senhores Deputados, agora sim, esgotámos o tempo e isto só prova que a Mesa foi bastante imprudente, e quando eu digo a Mesa estou a falar da minha pessoa, foi bastante imprudente ao colocar uma grelha simples para a discussão desta matéria, porque se nós tivéssemos posto uma grelha mais confortável, não tinha havido todo este stress e, portanto, eu desde já peço desculpa aos Senhores Deputados por não ter tido a capacidade de prever que isto era um tema que exigiria um pouco mais de tempo, e de calma, para podermos, todos, discutir. -----
----- Seja como for, creio que toda a gente se pode exprimir, livremente e, portanto, nestas condições, nós estamos em condições de pôr à votação a **Proposta nº 754/CM/2016**. Votos contra do PSD e do BE, abstenções do PCP, CDS-PP, PEV, PAN e MPT e votos a favor do PS, PNPB e 6IND. A **Proposta nº 754/CM/2016** foi **aprovada por maioria**.-----
----- Nós tínhamos, agora aqui, dois documentos apresentados pelo BE...um momento, o Senhor Deputado Magalhães Pereira pede a palavra para? Vai fazer uma declaração de voto oral, agora? Muito bem. Então, faça favor, a Senhora Deputada Margarida Saavedra tem a palavra para uma declaração de voto oral.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração de voto: -----
----- “Senhora Presidente, o Partido Social Democrata está de acordo com a permuta, em princípio, com a permuta, o que não pode é estar de acordo com o preço. Como entende que não foi justificado o diferencial de 697 mil euros, que era quanto valia os terrenos seis meses, em 2014, e vale em 2015, como não foi cabalmente explicado isso, nós não podemos aceitar que o município desperdice 697 mil euros, sem dar uma explicação aceitável. Nós consideramos que apesar do interesse da permuta, isto é desbaratar o dinheiro público. E o Partido Social Democrata não pode concordar com isto. Isto não foi explicado e nós não podemos aceitar.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----
----- “Muito obrigada. -----
----- Está feita a declaração de voto. -----
----- O Senhor Deputado José Leitão pede a palavra para uma declaração de voto oral. Faça favor, Senhor Deputado.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração de voto: -----
----- “Nós votamos favoravelmente, porque consideramos essencial esta proposta para a expansão do Museu de Arte Antiga, e não percebemos porque é que o PSD, na Câmara, votou favoravelmente, e agora, aqui, faz esta figura.”-----
----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo entregou a seguinte declaração de voto por escrito) -----
----- “Votei favoravelmente a Proposta dada a relevância da mesma para a expansão do Museu, como referiu o Grupo Municipal do Partido Socialista, e também porque, na minha opinião, não foram cabalmente demonstradas, no debate, eventuais irregularidades no que concerne às avaliações em apreço.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----
----- “Está explicado. -----
----- Não vejo mais pedidos de palavra, Senhores Deputados, temos ainda dois documentos na Mesa que eu queria dar conhecimento. -----
----- Portanto, há uma recomendação apresentada pelo BE, sobre esta matéria. -----
----- O Senhor Presidente falou na sua intervenção que subscreveria uma recomendação para revogar as medidas preventivas, mas não é isso que esta recomendação diz. O que esta recomendação pretende é revogar a deliberação que acabamos de aprovar. -----
----- Em minha opinião, esta recomendação está prejudicada. Nós acabámos de votar a favor, portanto, não podemos votar a revogação ao mesmo tempo que acabámos de votar a favor.-----
----- E quanto ao segundo ponto, também está prejudicado, expropriar o prédio, uma vez que nós acabámos de aprovar uma permuta, portanto, a recomendação está prejudicada. -----
----- O BE também tinha uma moção sobre o mesmo assunto, eu já dei conhecimento ao BE que o Regimento não nos permite aceitar moções nos pontos da ordem de trabalho, mas apenas recomendações e até ao momento da votação, foi o caso, portanto, esta moção foi apresentada, está apresentada, o BE decidirá se a quer retomar para a semana uma vez que para a semana temos declarações políticas e aí, sim, podem apresentar uma moção e uma recomendação, cada força política.-----
----- Portanto, Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.-----
----- Para a semana temos declarações políticas, temos três petições, portanto, a primeira parte da sessão vamos ter três petições, que já estão prontas, temos declarações políticas, e algumas propostas que já estejam prontas, também, serão trazidas à vossa consideração. -----
----- Muito boa tarde a todos, e tenham um bom dia mundial da poesia, que é hoje, que é, também, o primeiro dia da primavera.”-----
----- A sessão terminou, eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos.-----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----
-----A PRESIDENTE -----